

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIANA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO

**PLANO DE AÇÃO PARA ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE
IMPACTO (ENIMPACTO)**

**CAMPO GRANDE - MS
2021**

MARIANA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO

**PLANO DE AÇÃO PARA ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE
IMPACTO (ENIMPACTO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), oferecido pela Escola de Administração e Negócios (ESAN), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo.

**CAMPO GRANDE - MS
2021**

MARIANA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO

**PLANO DE AÇÃO PARA ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE
IMPACTO (ENIMPACTO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), oferecido pela Escola de Administração e Negócios (ESAN), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araujo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro Titular Interno)

Prof.^a Dr.^a Paula Regina Zarelli
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(Membro Titular Externo)

Prof. Dr. Jeovan de Carvalho Figueiredo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro Titular Interno – REDE PROFIAP)

Campo Grande, 29 de novembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

À minha querida família, pelo amor e suporte incondicionais. Em especial à minha mãe e ao meu pai, que pavimentaram o caminho que percorri até hoje e de quem recebi valores que não se pode mensurar. Ao meu irmão, cunhada e sobrinhas lindas, que trazem tanta alegria. À família estendida, pelos momentos de descontração.

Ao meu orientador, por me apresentar o tema objeto desta pesquisa e por conduzi-lo de forma gentil e suave. Aos professores do PROFIAP/ESAN, pelas aulas, discussões e ensinamentos. Aos professores que participaram da avaliação deste trabalho e colaboraram para sua construção, por estimularem a reflexão sobre minúcias desse tema tão relevante.

À UFMS, *alma mater*, casa de tanto tempo, presente em tantas memórias e ensinamentos, desde o ensino até a experiência profissional. Às colegas de trabalho, pelo convívio agradável e enriquecedor. E a todos que me incentivaram a encarar esse desafio.

“No campo dos negócios modernos, tão rico em oportunidades para o exercício das melhores e mais variadas faculdades mentais e qualidades morais do homem, o mero ganho de dinheiro não pode ser considerado o fim legítimo. Nem pode o mero crescimento em massa ou poder ser admitido como uma ambição digna. Nem pode um homem nobremente consciente de suas sérias responsabilidades para com a sociedade ver os negócios como um jogo; já que com a condução dos negócios, a felicidade ou a miséria humana estão inextricavelmente entrelaçadas.”

(Louis D. Brandeis, 1912)

RESUMO

Os negócios de impacto buscam aliar a obtenção de lucro decorrente da oferta de produtos e serviços ao propósito explícito de fornecer soluções sociais e/ou ambientais, para que o setor privado some esforços às iniciativas de governos e organizações filantrópicas no combate a problemas persistentes em áreas como saúde, moradia, educação, entre outras. Para fortalecer esse tipo de empreendimento foi criada a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO), que visa o fomento ao ambiente de impacto no Brasil. A ENIMPACTO é operacionalizada pelo Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, cujos objetivos, estabelecidos pelo Decreto nº 9.977/2019, buscam aumentar a oferta de capital, aumentar o número de negócios de impacto, fortalecer as organizações intermediárias e o ambiente normativo/institucional e promover a geração de dados. No ecossistema de impacto as universidades fazem parte do grupo das organizações intermediárias, cujo papel é impulsionar os investimentos e negócios de impacto, por meio de conexões, capacitação, conhecimento, dentre outras relevantes funções. Com esse trabalho buscou-se identificar de que forma a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) se insere no ambiente de impacto e quais ações a instituição pode adotar para ampliar sua atuação visando o fortalecimento dos negócios de impacto. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva e foi conduzida mediante abordagem qualitativa. A coleta dos dados se deu por meio de pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevistas semiestruturadas, realizadas por meio de formulário eletrônico, com pessoas chave na UFMS e no Comitê da ENIMPACTO. Para o tratamento dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, com o auxílio dos gráficos gerados pelo software Iramuteq. Os resultados demonstraram que a UFMS atua pautada pelo empreendedorismo e pela inovação, mas ainda não apresenta um plano institucional específico para o apoio aos negócios de impacto claramente definido, apesar de já contar com algumas ações voltadas para esse campo. Foi proposto um plano de ação para que a instituição fortaleça sua atuação no ecossistema de impacto, por meio de sua atuação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: negócios de impacto; ENIMPACTO; organizações intermediárias; UFMS.

ABSTRACT

Impact businesses seek to combine profit-making originated from the offer of products and services with the explicit purpose of providing social and/or environmental solutions, so that the private sector can add efforts to the initiatives of governments and philanthropic organizations in combating persistent problems in areas such as health, housing, education, among others. To strengthen this type of enterprise, the National Strategy for Impact Investments and Businesses (ENIMPACTO) was created, which aims to foster an impactful environment in Brazil. ENIMPACTO is operated by the Impact Investments and Businesses Committee, whose objectives, established by Decree nº. 9.977/2019, seek to increase the supply of capital, increase the number of impact businesses, strengthen intermediary organizations and the regulatory/institutional environment and promote data generation. In the impact ecosystem, universities are part of the group of intermediary organizations, whose role is to drive impact investments and businesses, through connections, training, knowledge, among other relevant functions. This study sought to identify how the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) fits into the impact environment and what actions the institution can adopt to expand its performance in order to strengthen impact businesses. The research is characterized as exploratory and descriptive and was conducted using a qualitative approach. Data collection took place through documentary and bibliographic research, in addition to semi-structured interviews, carried out through an electronic form, with key people at UFMS and at the ENIMPACTO Committee. For the data treatment, content analysis was used, with the help of graphics generated by the Iramuteq software. The results showed that UFMS operates based on entrepreneurship and innovation, but still does not have a specific institutional plan to support businesses with a clearly defined impact, despite already having some actions aimed at this field. An action plan was proposed for the institution to strengthen its performance in the impact ecosystem, through its performance in teaching, research and extension activities.

Keywords: impact business; ENIMPACTO; intermediate organizations; UFMS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da prática de mensuração de impacto.....	19
Figura 2: Objetivos de DEsenvolvimento Sustentável.....	20
Figura 3: Ecossistema de finanças sociais.....	29
Figura 4: Âmbito de atuação da UFMS.....	51
Figura 5: Estrutura organizacional da UFMS (2021).....	51
Figura 6: Organograma da AGINOVA.....	53
Figura 7: Objetivos da UFMS – PDI 2020-2024.....	54
Figura 8: Nuvem de palavras A.....	57
Figura 9: Eixos de trabalho verticais e transversal da ENIMPACTO.....	59
Figura 10: Macro objetivos do Grupo de Trabalho 3 do Comitê da ENIMPACTO.....	60
Figura 11: Nuvem de palavras B.....	60
Figura 12: Análise de similitude - entrevistas Comitê ENIMPACTO.....	61
Figura 13: Recomendações da Aliança para o período 2020 - 2025.....	64

LISTA DE SIGLAS

ABVCap – Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital
AGINOVA – Agência de Internacionalização e de Inovação
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares
ApexBrasil – Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ENIMPACTO – Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FTFS – Força Tarefa de Finanças Sociais
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GSG – Global Steering Group
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE – Instituto de Cidadania Empresarial
IES – Instituição de Ensino Superior
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MS – Mato Grosso do Sul
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIME – Pantanal Incubadora Mista de Empresas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEMP – Secretaria de Empreendedorismo e Inovação
UEMT – Universidade Estadual de Mato Grosso
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Justificativa e problema de pesquisa	12
1.2. Objetivos da pesquisa	14
1.3. Organização do trabalho	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CIENTÍFICA	15
2.1. Contextualização dos negócios de impacto	15
2.2. Conceitos do ecossistema de negócios de impacto	23
2.3. A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - ENIMPACTO	33
2.4. Atuação das instituições de ensino e pesquisa como organizações intermediárias no ecossistema de impacto	37
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1. Definições e características metodológicas	42
3.1.1. Tipo de pesquisa: exploratória e descritiva.....	42
3.1.2. Abordagem da pesquisa: qualitativa.....	43
3.1.3. Técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso	44
3.2. Procedimentos de coleta de dados	45
3.3. Procedimentos de tratamento dos dados	48
4. RESULTADOS E ANÁLISE.....	50
4.1. Caracterização da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	50
4.2. Setores e Atores da UFMS que podem atuar no ecossistema de impacto	52
4.3. Atividades Desenvolvidas pela UFMS	56
4.4 Comitê de investimentos de negócios de impacto	58
4.5 Ações que a UFMS pode desenvolver no ecossistema de impacto	63
5. PLANO DE AÇÃO.....	65
5.1. Contexto do Plano de Ação	66
5.2. Intervenção e Mecanismos Adotados	67
5.3. Possíveis Resultados Obtidos e Análise	69
5.4. Conclusão	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICES	79
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS	79
APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA REGISTRO DE PRODUÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - PTT.....	80
ANEXOS	87
ANEXO A: ENIMPACTO	87

1. INTRODUÇÃO

A constatação de que os problemas sociais e ambientais atuais são maiores do que os esforços de governos e organizações em combatê-los vem gerando debates que buscam incentivar mudanças no modo como se empreende, de forma que a atividade econômica privada possa gerar, além do lucro, impactos sociais e ambientais positivos. Para Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 25): “As políticas públicas de áreas como saúde, educação ou habitação não dão conta do aumento da demanda e da expectativa por melhores serviços à população. As soluções existentes não chegam a todos e, quando chegam, não têm se mostrado resolutivas”.

Os debates conduzem a uma visão na qual participam os muitos atores do cenário econômico: empreendedores, terceiro setor, sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, investidores e governos, cujas ações convergem para a geração e suporte de negócios de impacto. Isso porque, mediante a grande complexidade dos problemas atuais, a solução “[...] requer multiplicidade de visões, experiências anteriores e recursos (financeiros, humanos, informacionais, etc.)” (BURGOS, 2019, p. 64).

Cohen afirma que “é imperativo agora alinhar as mentes de investidores, filantropos, empreendedores, organizações sociais, grandes negócios, governos e o público em geral, para que possamos acabar com esses problemas persistentes” (COHEN, 2018, p. 3, tradução nossa). Essa rede tem o desafio de sintonizar os valores buscados pelos investidores e as demandas sociais, os empreendimentos sociais têm “[...] a missão social como explícita e central” e “[...] combinam a paixão de uma missão social com uma imagem de disciplina, inovação e determinação” (DEES, 1998, p. 1-2, tradução nossa).

Demonstrada a relevância do tema do impacto no atual contexto, faz-se necessário envolver toda a sociedade no desenvolvimento, crescimento e divulgação do assunto. Nesse cenário foi criada a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO) – normatizada por Decreto do Governo Federal publicado no ano de 2017 – cujo objetivo é fomentar o ambiente de impacto no Brasil “[...] de forma a promover desenvolvimento econômico, resolução de complexos problemas socioambientais e oferta de melhores serviços públicos para a população” (BRASIL, 2021, p. 3).

Negócios de impacto são empreendimentos que utilizam um modelo de negócio que busca alinhar a rentabilidade financeira à geração de impacto social e/ou ambiental positivo, somando seus esforços às iniciativas de governos e organizações sem fins lucrativos para a

resolução de problemas de moradia, educação, saúde, entre tantos outros. Petrini, Scherer e Back (2016, p. 209) conceituam os negócios de impacto como “[...] aqueles que são desenvolvidos para atender a algum tipo de demanda social e com atuação rentável”.

No âmbito da ENIMPACTO as instituições de ensino e pesquisa compõem o polo das organizações intermediárias, que apoiam os negócios de impacto em sua criação, desenvolvimento, capacitação, atuam como agentes de informação e podem estabelecer conexões entre os demais atores, fortalecendo a rede de impacto. Assim, mediante o papel de destaque que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) exerce no desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul, e conforme o disposto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), constata-se a possibilidade de atuação da instituição de forma ativa para a expansão do ecossistema de impacto no estado. A partir dessa perspectiva, busca-se responder à questão norteadora: Quais são as ações, atreladas à ENIMPACTO, que a UFMS pode realizar para o desenvolvimento dos negócios de impacto?

1.1. Justificativa e problema de pesquisa

Os problemas nos contextos econômico, social e ambiental são muitos e complexos. O desenvolvimento do sistema capitalista priorizou o lucro, destinado aos acionistas. Neste sentido:

A forma atual do capitalismo caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si (CHAUÍ, 2003, p. 7).

As iniciativas provenientes da filantropia e do governo são insuficientes para endereçar soluções para os problemas socioambientais que atingem a sociedade. Torna-se imprescindível, portanto, envolver o setor privado, com seu capital, tecnologia e práticas inovadoras, direcionando suas ações a fim de criar soluções aos desafios gerados, sem, contudo, deixar de visar o resultado financeiro. Segundo Cohen (2018, p. 5, tradução nossa) “A escala de nossos problemas mudou, e nossa resposta também deve mudar”.

Para que cumpram sua missão – a de ajudar a solucionar questões sociais e ambientais crônicas e de difícil solução – é importante que os negócios de impacto tomem proporções escaláveis no cenário econômico, isto é, que se disseminem e fortaleçam, alcançando a maior

fatia possível dos empreendimentos. Para que tal escala seja possível, Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 26) argumentam que “[...] é preciso um ecossistema para impulsionar os negócios de impacto”.

As Instituições de Ensino Superior (IESs) são importantes atores nesse cenário, já que atuam na formação dos futuros profissionais e na produção de conhecimento por meio da pesquisa, e têm, por isso, a possibilidade de instigar e alavancar as mudanças requeridas pelo ecossistema de investimentos e negócios de impacto, por meio da disseminação de informações e criação de novas estratégias que permitam o desenvolvimento do tema de impacto. Para a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto:

A sistematização e disseminação de informações são essenciais para que o ecossistema de Investimentos e Negócios de Impacto fortaleça sua identidade, organize seu repertório e faça repercutir a diversidade de abordagens, oportunidades e desafios do investir com propósito e empreender com impacto (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2018, p. 11).

Tal constatação está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela UFMS para o desenvolvimento de suas atividades, que são, por sua vez, voltadas para a realização da missão, visão e valores estabelecidos pela instituição em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI UFMS estabelecido para o período 2020-2024 demonstra que a universidade está alinhada às demandas atuais da sociedade, visto que:

[...] adota modelos, práticas e técnicas inovadoras na administração pública a fim de fortalecer e avançar em sua missão social na região sul-mato-grossense e no Brasil, acompanhando a dinamicidade da Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo em nível nacional e internacional (UFMS, 2020b, p. 10).

Além disso, a inovação e o empreendedorismo compõem uma das políticas estabelecidas pela instituição, que busca “[...] o fomento para a criação de novos produtos ou técnicas, além de iniciativas para desenvolver posturas empreendedoras [...] (UFMS, 2020b, p. 35). A universidade demonstra alinhamento ao propósito social ao dispor em seu PDI que:

[...] o processo de gerar melhorias criativas e consistentes para a comunidade fortalece e aprimora a formação acadêmica e a competitividade dos setores econômicos. Enquanto derivada deste compromisso cívico, a educação lança-se como o aporte de maior relevo para que o progresso científico e tecnológico promova desenvolvimento e maior bem-estar social (UFMS, 2020b, p. 35).

Considerando o crescimento dos negócios de impacto e sua interação com os demais atores da sociedade, dentre os quais a universidade exerce papel de destaque, pergunta-se: como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pode atuar no contexto da Estratégia

Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto? Tendo em vista a relevância social da UFMS, bem como sua posição estratégica para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul e da região, vislumbra-se a oportunidade de atuação dessa instituição pública de ensino, extensão, pesquisa, empreendedorismo e inovação no ecossistema de negócios de impacto, por meio de divulgação do tema, fomento, parcerias, entre outras ações.

1.2. Objetivos da pesquisa

O objetivo geral deste trabalho é propor um plano de ação para a atuação da UFMS para o desenvolvimento da ENIMPACTO. Para que se alcance o objetivo geral, foram estabelecidos como objetivos específicos:

- a) Caracterizar a UFMS identificando setores e atores da UFMS que podem atuar no ecossistema de impacto;
- b) Mapear as atividades desenvolvidas pela UFMS que envolvem os negócios de impacto;
- c) Analisar, sob o ponto de vista do Comitê de investimentos de negócios de impacto, como deve ser a atuação das universidades;
- d) Apresentar ações que a UFMS pode desenvolver no ecossistema de impacto.

1.3. Organização do trabalho

O trabalho está estruturado, além desta introdução, em mais cinco capítulos. O capítulo dois apresenta a fundamentação teórica, está seccionado em tópicos dedicados às abordagens teórico-científicas e descreve, com base nos levantamentos bibliográficos e documentais, conceitos, histórico e contextualização do tema. No capítulo 3 estão os procedimentos metodológicos definidos para a condução da pesquisa, a caracterização da UFMS e como a instituição se insere no contexto do impacto. No capítulo 4 apresenta-se os resultados e análise dos dados coletados. O capítulo cinco dispõe sobre o plano de ação para que a universidade aumente seu papel e engajamento no cenário nacional de impacto. Por fim, o capítulo seis apresenta as considerações finais decorrentes de todo o processo de pesquisa sobre o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CIENTÍFICA

Neste capítulo apresenta-se o contexto dos investimentos e negócios de impacto, evidenciando-se a construção dos conceitos que compõem o tema e as circunstâncias que levaram à criação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO), suas características e o vínculo com as instituições de ensino e pesquisa.

2.1. Contextualização dos negócios de impacto

Por muito tempo a atividade econômica teve como finalidade exclusiva a geração de lucro e esteve dissociada da atividade social: essas atividades eram vistas como mutuamente excludentes, crença que, para Cohen (2018), está fundamentalmente errada, pois é possível simultaneamente gerar lucro e contribuir para a realidade social, conforme propõem os negócios de impacto, que possuem a capacidade de solucionar e/ou amenizar problemas sociais e ambientais a fim de transformar a realidade existente..

Os desafios sociais e ambientais impostos à sociedade contemporânea extrapolam a capacidade de atuação de governos, entidades e filantropos na busca por maior equilíbrio social e pela preservação dos recursos naturais. Burgos (2019, p. 59) corrobora este cenário ao afirmar que “[...] a sociedade desenvolveu-se nos últimos séculos de tal forma que ampliou sua complexidade. Juntamente com a estrutura da sociedade cresceram também os desafios, em número e em complexidade”. O autor enumera as mudanças às quais a sociedade se submeteu nas últimas décadas, a exemplo do largo uso da tecnologia, aumento crescente da urbanização, envelhecimento das populações e redução nas taxas de fecundidade.

“Muitos esforços governamentais e filantrópicos ficaram muito aquém das nossas expectativas. Grandes instituições do setor social são frequentemente vistas como ineficientes, inefetivas e indiferentes” (DEES, 1998, p. 1, tradução nossa). A estrutura da máquina pública, cerceada por normas e formatos legais, limita a ação do governo, que tem dificuldade para implementar ações inovativas para lidar com os problemas sociais e ambientais. A atividade filantrópica, por seu turno, embora indispensável, não representa soluções escaláveis, e sua atuação também é restrita (COHEN, 2018).

Frente às questões contemporâneas – sociais e ambientais – que impõem desafios à sociedade e ao governo, tornou-se necessário vislumbrar um novo modelo de atividade econômica, uma solução inovadora que dê conta de suprir as necessidades impostas pelo sistema, mas que, ao mesmo tempo, proteja os recursos naturais e propicie maior equilíbrio

socioeconômico às populações, nesse sentido:

Há nos negócios de impacto uma oportunidade de migração de um capital que hoje é investido em mercados tradicionais para soluções efetivamente comprometidas com a resolução de desafios sociais e ambientais, desde que essas soluções sejam empreendimentos que possam 1) explicar com clareza qual a transformação socioambiental que promovem, 2) oferecer retornos financeiros a esse capital e 3) ter indicadores que mensurem seu impacto (BARKI; COMINI; TORRES; 2019, p. 8).

Na tentativa de contornar os problemas socioambientais, “[...] nas últimas décadas, as organizações têm buscado novas formas de atuar com foco no impacto social” (SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015, p. 123). Pessanha (2019, p. 99), por sua vez, afirma que “na última década [o empreendedorismo de impacto social] demonstrou enorme potencial para auxiliar o país a enfrentar os desafios da equidade social com inovação, escala e competitividade”. Assim, a inovação necessária para implementar novas soluções para antigos problemas está sendo buscada na iniciativa privada, de onde se espera observar esforços para a realização de mudanças sociais (COHEN, 2018). Para Dees (1998, p. 1, tradução nossa) “[...] empreendedores sociais são necessários para o desenvolvimento de novos modelos para um novo século”.

Cohen define impacto como “[...] a medida dos benefícios de uma ação para a sociedade e para o planeta” (COHEN, 2018, p. 2, tradução nossa). O autor sugere a adoção de um paradigma inovador que some o impacto aos fatores risco e retorno – predominantes nos negócios tradicionais – voltando o uso do empreendedorismo e da inovação para a realização de mudanças sociais significativas. Para Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 52) “[...] considera-se impacto, a capacidade de um negócio de promover transformação e melhoria mensurável de problemas sociais e ambientais”, por sua vez:

Promover impacto sob a ótica do empreendedorismo significa trabalhar coletivamente uma nova maneira de pensar, na qual as interações ou estratégias de relacionamento sejam a própria reengenharia dos processos de gestão, que permitirão que se diminua o tempo e o custo entre ‘a ideia’ de solução para um problema social relevante e a solução de um problema em si. E, mais do que isso, significa fazer isso (em muitos casos) com as populações mais vulneráveis e colocando todo esse sistema complexo a serviço delas (COELHO, 2019, p. 148).

Todas as atividades empresariais geram consequências para a sociedade e para o meio ambiente. Para Barki, Comini e Torres (2019, p. 12) “[...] a sociedade está cada vez mais atenta aos impactos causados pelas empresas”. Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 36) ensinam que “[...] todos os negócios geram impacto, positivos e negativos. A nomenclatura dos negócios de impacto reforça os modelos de negócio com produtos ou serviços estruturados

com a intencionalidade de reverter uma situação-problema no contexto socioambiental”. Por isso, a questão da mensuração do impacto é central no ambiente dos investimentos e negócios de impacto, de forma que se possa distinguir esse modelo de negócio dos negócios tradicionais.

Para Dees (1998) a mensuração do valor social é um processo inerentemente difícil, já que é necessário relacionar os esforços empregados no negócio aos resultados gerados, ao valor social gerado em decorrência da operação do negócio de impacto. Ainda segundo o autor, diferentemente dos empreendimentos tradicionais, o crescimento dos negócios sociais não é indicador suficiente de eficiência ou efetividade. Os desafios com os quais o empreendedor social se depara no desenvolvimento de sua missão são diferentes daqueles dos empreendedores tradicionais.

O impacto pode ser medido e comparado e esses índices, que devem ser tangíveis, são essenciais para direcionar recursos com prioridade para os empreendimentos que mais geram impacto associado ao lucro. O autor afirma, ainda, que “[...] os empreendimentos que rastreiam rigorosamente os resultados de suas intervenções atraem mais facilmente investimentos de longo prazo” (COHEN, 2018, p. 21, tradução nossa). Nesse sentido, Pessanha (2019, p. 117) esclarece que “[...] os investidores usam métricas de avaliação para uma série de propósitos – tomar decisões de investimento, identificar e mitigar riscos, capturar o valor agregado em longo prazo e acompanhar o investimento para garantir que os objetivos sociais e financeiros sejam cumpridos”. Os empreendedores, por sua vez, podem se utilizar das métricas de impacto para aprimorar e validar seu modelo de negócio.

Para os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 52) “Ampliar o compromisso com mensuração de impacto e saber como conduzir esse processo é o que trará credibilidade para essa agenda e, conseqüentemente, mais investidores, empreendedores e interessados em fomentar o ecossistema de impacto”. A mensuração dos resultados de forma contínua e consistente possibilita a avaliação da evolução dos negócios de impacto, para verificar se os resultados prospectados estão sendo alcançados, ou seja, se a missão do empreendimento está sendo conquistada, validando-o no ambiente de impacto.

Para verificar o encadeamento entre as atividades desenvolvidas pelo negócio de impacto e as mudanças de fato efetivadas, autores mencionam a Teoria da Mudança. Trata-se de uma metodologia que indica, segundo Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 53) “o encadeamento lógico entre os serviços e produtos oferecidos e as transformações almejadas”. A teoria indica:

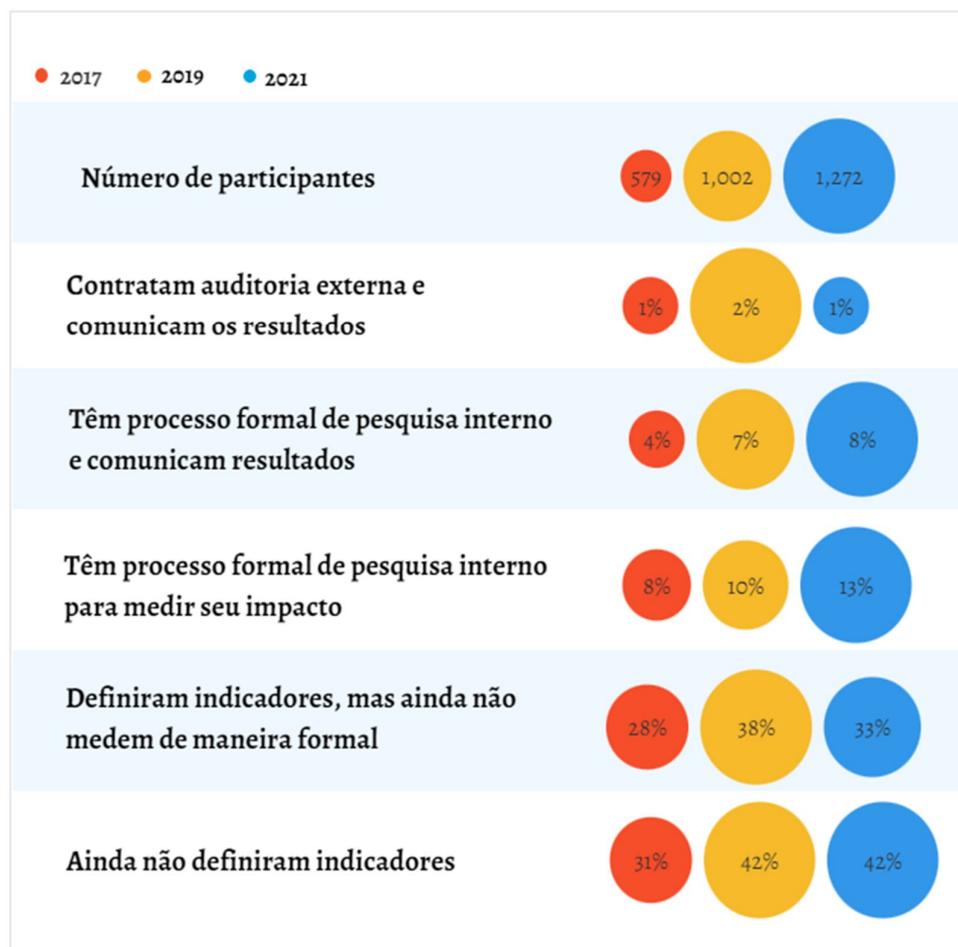
[...] o tipo de mudança que empreendedores sociais querem resolver, o que envolve: identificar metas de longo prazo e as premissas por trás delas; mapear necessidades e pré-requisitos para alcançar esse objetivo; definir as intervenções que a sua iniciativa irá realizar para criar a sua mudança desejada; desenvolver indicadores para medir os seus resultados para avaliar o desempenho da mudança causada por sua iniciativa (NOGUEIRA, 2015, p. 31).

Adicionalmente:

Na prática é desejável que um negócio de impacto explicita sua teoria de mudança. Para isso, o empreendedor deve buscar especificar de modo mais preciso possível os caminhos através dos quais ele pretende produzir transformação social ou ambiental com seu projeto. Nesse sentido, a teoria da mudança pode ser compreendida como uma “ferramenta de planejamento” (GORINI; TORRES, 2019, p. 132).

Apesar da consciência acerca da indispensabilidade da medição do impacto para a validade dos investimentos e negócios que pretendem aliar lucro e propósito, ainda não há consenso sobre as formas de se aferir o impacto ou uma ferramenta padrão que se possa indicar para medir o impacto gerado pelo empreendimento, o que é um obstáculo para o crescimento do ecossistema. Ademais, o custo alto para esta prática dificulta sua implementação.

Ainda assim, estudos realizados pela Pipe.Social – organização que mapeia os negócios de impacto no Brasil – demonstram tendência de crescimento nos números de empreendedores que têm interesse em medir os indicadores de impacto no seu modelo de negócio e a implementar essa prática de maneira formal (Figura 1). Esses dados decorrem dos levantamentos feitos pela Pipe.Social e publicados a cada dois anos em relatório denominado “Mapa de Negócios de Impacto Socioambiental”, que teve a primeira edição publicada em 2017, quando participaram 579 empreendedores; em 2019 o número de participantes da pesquisa passou para 1002 e em 2021 foram 1272 (PIPE.SOCIAL, 2021).

Figura 1: Evolução da prática de mensuração de impacto

Fonte: Elaborado com base em Pipe.Social (2019, p. 194; 2021, p.20).

Os dados refletem o estágio ainda incipiente do tema de investimentos e negócios de impacto, já que ainda não há consenso sobre suas definições e conceitos. Há, por isso, grupos de pesquisadores buscando gerar uma metodologia padrão que possa ser incorporada aos relatórios contábeis anuais das empresas, a exemplo do projeto *Impact Weighted Accounts*, conduzido pelo *Global Steering Group* em associação com a *Harvard Business School*, cuja missão é:

[...] conduzir a criação de contas financeiras que reflitam o desempenho financeiro, social e ambiental. Nossa ambição é, no fim das contas, criar extratos contábeis que capturem de forma transparente os impactos externos, de forma que conduzam a tomada de decisões de investimentos e gerenciais. Nós aspiramos criar uma metodologia que seja adotada e amplamente utilizada pelo investidor e pelas companhias ao tomar suas decisões de negócios (SERAFEIM; ZOCHOWSKI; DOWNING, 2019, p. 28, tradução nossa).

Para Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 53) “No futuro, junto com seu balanço com resultados financeiros, espera-se que todas as organizações sejam também cobradas a apresentar um balanço de impacto. E, mais importante, que estejam instrumentalizadas e assessoradas para isso”. Assim, os relatórios de impacto objetivam agregar confiabilidade e transparência aos negócios de impacto e representam uma ferramenta importante para o estabelecimento do campo de impacto.

O propósito buscado por um negócio de impacto pode estar alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que podem ser usados como parâmetros para medir o impacto (COHEN, 2018), em um movimento que Gorini e Torres (2019) classificam como mais contemporâneo quando comparado aos negócios voltados para a base da pirâmide (BoP). Os ODS (Figura 2), estabelecidos em 2015 como produto da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, dividem-se nos temas social, ambiental, econômico e institucional (ESTRATÉGIA ODS, 2020).

Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: PNUD (2021).

Os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 38) afirmam que “Há uma expectativa de que pequenas, médias e grandes empresas repensem sua missão, estratégias, produtos e serviços para torná-las cada vez mais conectadas com agendas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Para Gorini e Torres (2019), ainda que não categorizados

como negócios de impacto, negócios tradicionais podem fazer com que o impacto social integre sua lógica de negócio, gerando valor para a sociedade e alimentando o movimento de impacto.

Cohen (2018) afirma que alguns líderes de grandes negócios já perceberam que a consciência social e ambiental está se tornando uma realidade no meio empresarial e que, para os empreendimentos, o engajamento é um requisito para permanecerem competitivos. Para o autor é essencial para o ecossistema que os grandes negócios incluam o impacto em seus modelos de negócios, pois eles têm o potencial de expandir os resultados positivos através de seus produtos e serviços, já que são empreendimentos de grande alcance.

Para Barki, Comini e Torres (2019, p. 12) “[...] a sociedade está cada vez mais atenta aos impactos causados pelas empresas”. Dessa percepção surgiram discussões e modelos de atividades que, de alguma forma, possibilitem a utilização da atividade empreendedora como fator de mudança social e ambiental. Historicamente, o movimento em torno dos investimentos e negócios de impacto começou a se estruturar e a se destacar no cenário mundial a partir dos anos 2000, no Reino Unido, onde foi formada a primeira Força Tarefa de Finanças Sociais, cujo objetivo era estruturar recomendações para o desenvolvimento deste campo (BRASIL, 2021; ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2019).

Ao longo da década seguinte, outros países passaram a se engajar no desenvolvimento do tema, e criaram suas próprias forças tarefas nacionais, a exemplo do Canadá e dos Estados Unidos (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2019). A expansão deste movimento internacionalmente culminou com a criação, em 2013, da Força Tarefa de Investimento de Impacto do G8 – o grupo composto pelos países mais ricos e influentes do mundo à época, quais sejam: Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Rússia. A Austrália também participou desta ação, integrando a força tarefa como membro observador.

Em 2015 a força tarefa dos países do G8 foi ampliada para formar o *Global Steering Group* (GSG), formação que abrangeu cinco novos membros: Brasil, Índia, Portugal, México e Israel. Com isso, o movimento de investimentos e negócios de impacto passou a tomar vulto no Brasil, que já havia estabelecido sua força tarefa nacional em maio de 2014 (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2019). Ainda em 2015, a Força Tarefa de Finanças Sociais no Brasil (FTFS) publicou quinze recomendações para o ecossistema de impacto brasileiro, com base no mapeamento de oportunidades e desafios

realizado no mesmo ano pela própria organização. Essas recomendações foram baseadas em quatro eixos – I. ampliação da oferta de capital; II. aumento do número de negócios de impacto; III. fortalecimento das organizações intermediárias; IV. promoção de um ambiente favorável para o investimento de impacto – e têm o objetivo de nortear a expansão dos investimentos e negócios de impacto no Brasil, engajando os diversos atores sociais e acompanhando o desenvolvimento do campo (BURGOS, 2019).

Dentre as recomendações, sugeriu-se ao governo brasileiro a inserção do tema na agenda governamental (BURGOS, 2019). No ano seguinte, a FTFS firmou acordo de Cooperação Técnica com o Governo Brasileiro, intermediado pelo então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2019).

Como consequência dessa interação, que abrangeu também atores da sociedade civil, fundações e instituições de ensino e pesquisa, foi publicado em dezembro de 2017 o Decreto nº 9.244, que instituiu a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO), cuja finalidade é articular o setor governamental, o setor privado e a sociedade civil objetivando a “promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto” (BRASIL, 2017, art. 1º). Pelo mesmo decreto, foi criado o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, responsável por “propor, monitorar, avaliar e articular a implementação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto” (BRASIL, 2017, art. 5º), com duração prevista até dezembro de 2027.

Em 2018 a FTFS foi renomeada como Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto (Aliança pelo Impacto), cujo objetivo é “ativar o ecossistema de impacto no Brasil através do mapeamento, conexão e apoio a agendas e atores estratégicos” (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2018, p. 2). Burgos afirma que a Aliança “[...] segue sendo um importantíssimo propulsor do ecossistema brasileiro, buscando estabelecer parcerias com a academia, os investidores, os negócios de impacto, o governo e as organizações intermediárias” (BURGOS, 2019, p. 69).

Em consequência da transição governamental da Presidência da República em janeiro de 2019 o MDIC foi absorvido pelo Ministério da Economia e o Decreto nº 9.244/2017 foi revogado e substituído pelo Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019, que efetuou ajustes em decorrência das alterações estruturais promovidas pelo novo Governo Federal. O teor da nova normativa, entretanto, permanece nos mesmos moldes do decreto que instituiu a ENIMPACTO.

A estratégia é um marco normativo não só no Brasil, mas também em todo o mundo (BARBOSA; SETÚBAL, 2018) e, em âmbito nacional, já começa a ser replicada por unidades da federação, a exemplo dos estados do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraíba, que criaram por meio de lei suas políticas estaduais de investimentos e negócios de impacto (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2020; BRASIL, 2021). Para a Pipe.Social “É preciso continuar a investir no fortalecimento de ecossistemas regionais considerando um perfil desatendido de empreendedor” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 174). O tema é ainda recente e precisa ser fomentado nas diferentes esferas sociais para ser fortalecido.

Autores como Cohen (2018) e Barki (2015) afirmam que, mais do que um modismo, os investimentos e negócios de impacto são uma tendência. Assim, “No fundo, os negócios de impacto são uma tendência econômica especialmente em países em desenvolvimento e uma oportunidade de investimento para diferentes mercados que visam resultados financeiros e ao mesmo tempo contribuir para a solução de problemas latentes” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 199). A trajetória ainda recente percorrida pelos negócios de impacto, mesmo que crescente, apresenta muitos aspectos a serem trabalhados e consolidados.

Apesar de seu crescimento ao longo dos últimos anos, os negócios de impacto ainda enfrentam uma série de desafios como a maior inclusão na cadeia de valor de grandes empresas e governo; a maior escala dos negócios e de seus impactos; a atuação mais colaborativa entre primeiro, segundo e terceiro setores, a busca de melhores ferramentas para avaliar e monitorar o impacto social das empresas e o maior protagonismo de populações minorizadas como a periferia e negros e negras (BARKI; COMINI; TORRES; 2019, p. 13).

O tema se encontra em franco desenvolvimento, conforme se depreende da observação de sua crescente exposição nos meios jornalístico e acadêmico, e vem sendo moldado e ajustado conforme a realidade que se propõe a melhorar. Por isso, ainda não há unanimidade entre os autores sobre os termos relevantes ao assunto e seus significados, mas a literatura já apresenta certo direcionamento quanto ao cerne da proposta dos investimentos e negócios de impacto, que é gerar consequências positivas no campo em que atuam, conforme o que se expõe na próxima sessão.

2.2. Conceitos do ecossistema de negócios de impacto

Toda empresa pode contribuir para a melhoria da sociedade, por meio de ações que intencionem a solução ou redução dos muitos problemas socioambientais que se apresentam atualmente. Os grandes conglomerados, por exemplo, podem representar um fator crucial para

a popularização dos negócios de impacto, pois “têm recursos para escalar as transformações e eventualmente influenciar a forma padrão como pensamos os temas sociais e ambientais” (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019, p. 37). Dessa forma, “O consumo consciente, a necessidade de marcas mais transparentes e empresas com uma visão mais clara de propósito e sustentabilidade são algumas das forças que vêm atraindo grandes empresas para o universo de startups de impacto” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 199).

Os negócios de impacto buscam a solução (ou, ao menos, a redução) de um problema social e/ou ambiental, e a imprimem em seu propósito, de forma central e explícita, mas também comercialmente viável. Compreender os conceitos que diferenciam esse novo modelo de negócios dos empreendimentos tradicionais visa a contribuir para o fomento desse tipo de iniciativa, para sua expansão, bem como para a disseminação de informações entre os empreendedores, a sociedade e o poder público, ao mesmo tempo em que estimula sua regulação pelos governos.

Barki, Comini e Torres (2019, p. 12) afirmam que “Sua conceituação não é precisa e vários termos são usados para denominar esse tipo de organização: negócios sociais, negócios inclusivos, organizações híbridas, setor 2,5”. De fato, na bibliografia referente ao tema os termos se confundem, pois, são conceituados em contextos diferentes e por autores diversos. Há referências a negócios sociais, negócios inclusivos, empresas sociais, negócios para a base da pirâmide. Conhecer suas definições pode ajudar a definir os negócios de impacto, regulados pela ENIMPACTO, objeto deste estudo.

Comini, Barki e Aguiar (2012) apontam na literatura três perspectivas que explicam os negócios sociais: I – a europeia, baseada no associativismo e no cooperativismo, com vistas à complementação dos serviços públicos; II – a norte-americana, que associa a lógica de mercado à solução de problemas sociais; e III – a predominante em países em desenvolvimento, cujo foco está na redução da pobreza e inclusão da população marginalizada. Assim, se se imaginar uma escala que caracterize os negócios sociais ao redor do mundo, alguns conceitos se aproximam da lógica de mercado, enquanto outros descrevem predominantemente a lógica social.

Dees (1998) afirma que o fenômeno dos empreendimentos sociais não é novo, apesar de seus conceitos estarem proliferando na atualidade, o que expande o alcance do campo. Para o autor os empreendedores sociais, por meio de suas missões voltadas à geração de resultados positivos para a sociedade, desempenham o papel de agentes de mudanças sociais, utilizando-se de processos de inovação, adaptação e aprendizado contínuos e demonstrando

transparência em suas atividades, por meio da *accountability*. Nesse sentido, mais do que oferecer soluções paliativas aos desafios sociais e ambientais, o empreendedor social busca atuar na solução das causas desses problemas, que já se tornaram crônicos:

Eles procuram criar mudanças sistêmicas e melhorias sustentáveis. Apesar de agirem localmente, suas ações têm o potencial de estimular melhorias globais nas áreas escolhidas, quer sejam em educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, artes ou qualquer outro campo social (DEES, 1998, p. 4, tradução nossa).

Também para Dees (1998, p. 4, tradução nossa), “Empreendedores sociais buscam retorno de longo prazo para seus investimentos. [...] eles querem criar melhorias duradouras”. Essa visão é compartilhada por Cohen (2018), quando afirma que é necessário juntar esforços dos muitos atores sociais com o objetivo de erradicar esses problemas persistentes. Para Petrini, Scherer e Back (2016) os negócios de cunho social são um novo tipo de organização, que alia sustentabilidade financeira e geração de valor social. As autoras afirmam que os empreendimentos sociais surgem no contexto do desenvolvimento sustentável como:

[...] um modelo de organização híbrida que combina as competências do setor privado com os conhecimentos de gestão social do Terceiro Setor, com o objetivo de resolver os problemas sociais utilizando os mecanismos de mercado, o que origina os negócios com impacto social, os quais trazem, por vezes, soluções inovadoras aos problemas sociais (PETRINI; SCHERER; BACK, 2016, p. 210).

Para Comini, Barki e Aguiar (2012, p. 385):

Empresas sociais apresentam um novo paradigma para o capitalismo, em que as empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e da sociedade civil criam um novo tipo de negócio com o objetivo principal de resolver problemas sociais com sustentabilidade financeira e eficiência por meio de mecanismos de mercado. Como todos os fenômenos novos, diferentes autores conceituam negócios sociais com visões distintas.

Martinelli (2009 *apud* SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015, p. 122) conceitua o empreendedorismo social como “um modelo de economia de mercado social em que a meta do mercado e do lucro tem sido buscada conjuntamente com a de coesão social por meio de diferentes tipos de políticas de bem-estar social para alavancar o processo da mudança social”.

Os negócios de impacto vêm se desenvolvendo em um movimento global, inspirados pelo modelo de negócios sociais proposto por Muhamed Yunus (MACIEL, 2020). Yunus foi vencedor do prêmio Nobel da Paz em 2006 por sua atuação em Bangladesh, país asiático que apresenta altos índices de pobreza, onde criou o Grameen Bank – o “banco dos pobres” –, que disponibiliza microcrédito à população vulnerável daquele país, e promove um conceito de

negócios em que todo o lucro gerado deve ser reinvestido na própria atividade, não restando a possibilidade de distribuição para os empreendedores ou investidores. Nas palavras de Yunus, negócios sociais são:

[...] um empreendimento concebido para resolver um problema social, deve ser autossustentável, ou seja, gerar renda suficiente para cobrir suas próprias despesas. Depois de cobertos os custos e o investimento, toda a receita excedente é reinvestida no negócio social para expansão e melhorias. [...] o retorno do valor investido é devolvido sem juros ou correções (YUNUS, 2010, p. 10, tradução nossa).

Os negócios inclusivos representam uma forma de participação do setor privado na busca pelos resultados propostos pelos ODS (PNUD, 2015) e oportunizam ao setor privado, para além do exercício da responsabilidade social corporativa e da filantropia, o desenvolvimento de “[...] soluções sustentáveis, inclusivas e economicamente viáveis a favor das comunidades onde atuam” (PNUD, 2015, p. 23)

Os negócios para a base da pirâmide (BoP, na sigla em inglês), por sua vez, têm a faixa mais pobre da população como fornecedor de produtos e serviços e ao mesmo tempo como consumidor, buscando lucro assim como o fazem os negócios tradicionais, sem o objetivo principal de gerar impacto socioambiental (a mudança socioambiental pode acontecer, mas não é a preocupação principal para os negócios para a BoP). Nessa população reside grande potencial produtivo e empreendedor, o que a faz tornar-se foco quando se trata de impulsionar a economia mundial.

Já os negócios de impacto apresentam como característica nuclear indispensável a geração de impacto no âmbito socioambiental, mas sem negligenciar o lucro. Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 54) afirmam:

Como não se deseja que esse ecossistema seja um segmento fechado em si, fadado a não crescer, importante saber traduzir os conceitos, construir narrativas, adaptar as formas de apresentar a mesma tese: o “impacto” no centro das decisões de empreendedores, investidores e sociedade.

Cohen (2018) sugere a adoção de um paradigma inovador que soma o impacto aos fatores risco e retorno – predominantes nos negócios tradicionais – voltando o uso do empreendedorismo e da inovação para a realização de mudanças sociais significativas. O autor visualiza esse movimento como uma revolução que incorporará mudanças significativas no funcionamento do sistema econômico em todo o mundo. Sintetizando a visão de Cohen:

Sir Ronald Cohen, referência internacional para os investimentos de impacto, dissemina essa máxima: no século XIX o capital era direcionado para as oportunidades que ofereciam maior retorno financeiro; no século seguinte adicionou-se a avaliação de risco; e no século XXI, além de

considerar risco e retorno, a aplicação do capital buscará incluir análise do impacto positivo (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019, p. 42).

Os negócios de impacto destacam-se como um novo modelo de negócio, no qual o impacto socioambiental não é mera consequência de suas ações, mas um propósito da organização, questão central sem a qual o empreendimento não pode se caracterizar como tal. Conforme os autores:

A maioria dos negócios de impacto tem, em seu princípio, a expectativa de transformar em alguma medida a realidade socioambiental na qual estão inseridos. Ao selecionar o problema a ser enfrentado (primeira atividade dos exercícios de design de projetos), os empreendedores com este perfil buscam problemas crônicos da vida social, tais como as amplas dificuldades de alfabetização, as dificuldades no acesso a serviços de saúde pública, a moradia em situação precária, as condições de vida dos idosos, a ausência de crédito para microempreendedores, o aumento da produção de resíduos (GORINI; TORRES, 2019, p. 131).

Para Petrini, Scherer e Back (2016), os negócios de impacto combinam dois objetivos anteriormente vistos como incompatíveis: sustentabilidade financeira e geração de valor social. Sob essa perspectiva, os negócios de impacto são uma alternativa inovadora, que buscam agregar iniciativas do setor privado e da sociedade civil às ações do poder público para a geração de valor à população, oferecendo-lhe saúde, educação, trabalho, segurança, entre outros direitos básicos. Trata-se de somar os esforços dos muitos atores sociais, direcionando-os para a produção de resultados que beneficiem toda a sociedade. Podem ser conduzidos para solucionar diversos problemas socioambientais, tais como: fome, analfabetismo, acesso à água potável, desigualdade de gênero, desemprego, habitação, migração e meio ambiente, entre outros (COHEN, 2018).

Segundo Barki (2015, p. 14) “Os negócios de impacto têm surgido como resposta a alguns dos dilemas criados pelo capitalismo”. Para o autor, “[...] os negócios de impacto aparecem como uma tentativa de capitalismo mais inclusivo” (BARKI, 2015, p. 17). Propõem-se a agregar valor à sociedade e impactar em seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, sem negligenciar o retorno financeiro, cujo destino pode variar conforme o modelo do negócio: os lucros podem ser redistribuídos ou reinvestidos no negócio. Para a Pipe.Social (2019) constituem um novo setor da economia no Brasil.

O que destaca os negócios de impacto dos demais empreendimentos, tornando-o uma nova categoria de modelo de negócio, é o papel central do impacto para a atividade. Neste sentido, os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 54) afirmam que é preciso “adaptar as formas de apresentar a mesma tese: o ‘impacto’ no centro das decisões de empreendedores,

investidores e sociedade”. Para Barki, Comini e Torres (2019, p. 7) os negócios de impacto têm como princípio “[...] conciliar a solução de um problema social e/ou ambiental com retorno financeiro”. Também para esses autores:

[...] os negócios de impacto consolidam, em seu modelo de negócio e seu comprometimento com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do planeta, um tipo único de empreendimento inovador e necessário para somar com as políticas públicas e o terceiro setor no enfrentamento dos problemas sociais e ambientais brasileiros (BARKI; COMINI; TORRES, 2019, p.8).

Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 25) definem negócios de impacto como “[...] empreendimentos com missão e soluções voltadas para a resolução de problemas sociais e ambientais – comprometidos em monitorar seu impacto e gerar resultado financeiro positivo e sustentável”. Portanto, são empreendimentos que oferecem a possibilidade de expansão do desenvolvimento social e econômico e de proteção ambiental por meio de iniciativas que agreguem retorno financeiro e geração de impacto. Distinguem-se dos negócios tradicionais por estabelecerem em sua genética a vocação de atender a questões que impactem a sociedade.

É indispensável ao negócio de impacto estabelecer com clareza quais as transformações que irá promover e a quem irá atingir, estabelecendo indicadores que possam atestar essas transformações (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019). Essa caracterização torna-se ainda mais importante no âmbito do poder público, que deve, acima de tudo, operar com transparência e entregar resultados palpáveis à população. Além disso, o modelo de negócio deve caracterizar claramente os objetivos propostos: conforme os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 52) “Um dos divisores de água dos investimentos e negócios de impacto é o compromisso em entregar a transformação social acordada. [Neste sentido], caso as expectativas e resultados sejam dissonantes, haverá frustração entre as partes e provavelmente uma quebra de acordo”.

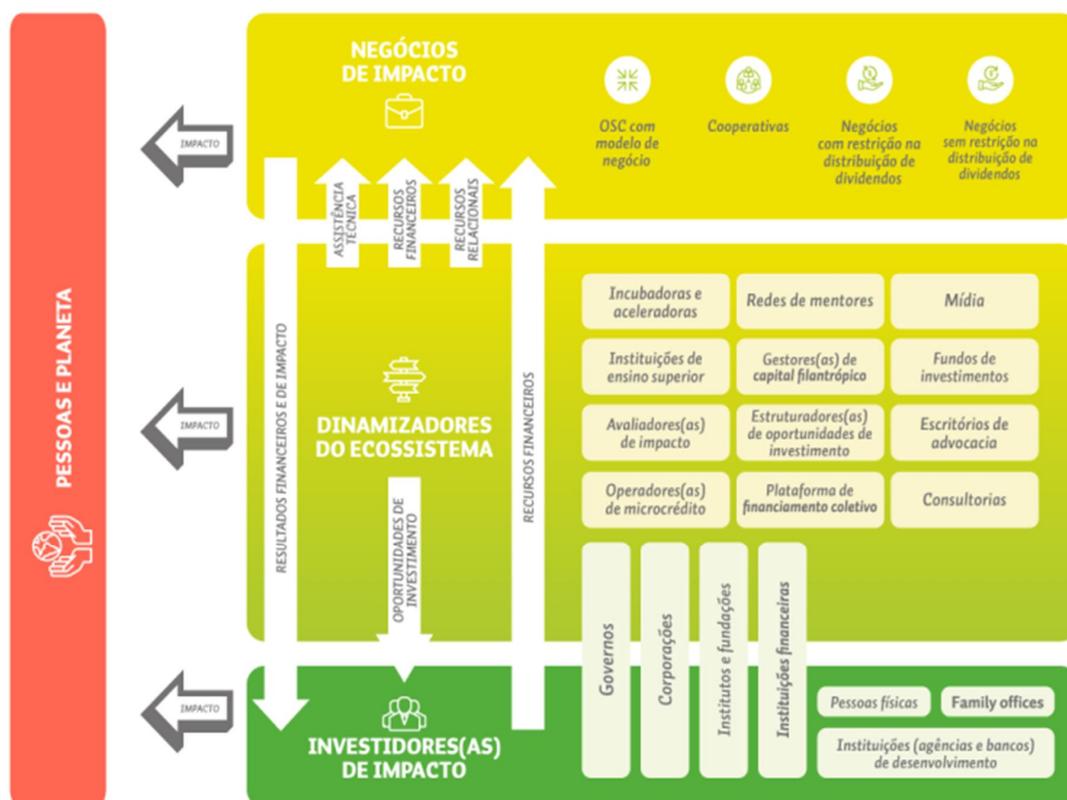
Faz-se um paralelo entre o tema do impacto e o termo “ecossistema”, proveniente das ciências naturais, pois se considera a diversidade de componentes que o compõem e a interação entre si. Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 26) assim esclarecem: “O conceito de ecossistema parte da biologia, a existência de organismos diversos e interdependentes com papéis necessários para que o todo funcione”. Cada ator no cenário dos investimentos e negócios de impacto desempenha seu papel específico, mas suas finalidades convergem para o atingimento de resultados que reverberam positivamente na sociedade e/ou no ambiente.

Pode-se entender o ecossistema de impacto a partir de três grandes setores: I – o da

oferta de capital; II – o da demanda de capital; e III – o das organizações intermediárias. Os componentes do polo “oferta de capital” têm a função de alocar recursos por meio de diversos instrumentos financeiros. Esse capital pode se originar de atores como: governo, organismos nacionais de fomento, doações, entre outros. Os negócios de impacto recebem esse capital, e podem se estruturar em diferentes formatos legais, como associações cooperativas ou empresas (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019).

Para o PNUD (2015) o ecossistema de impacto é composto por uma variedade de atores, dentre os quais: as empresas e empreendedores, governos (nacionais e locais), organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e organismos multilaterais, cujas interações são indispensáveis para o desenvolvimento dos negócios inclusivos. O fortalecimento do ecossistema de impacto é necessário para a promoção do crescimento em escala desse tipo de empreendimento, já que possibilita a realização de seu propósito e apoia sua existência ao longo do tempo. A Figura 3 representa o ecossistema do impacto, apresentando seus atores, funções e relações, conforme divulgado pela FTFS:

Figura 3: Ecossistema de finanças sociais



Fonte: Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto (2021b, p. 22).

Os investimentos de impacto, de acordo com o conceito estabelecido pelo Decreto nº 9.977 de 2019, constituem a “mobilização de capital público ou privado para negócios de impacto” (BRASIL, 2019, art. 2º, II). Os investimentos de impacto são “todos os recursos, públicos e privados, que podem ser direcionados por instrumentos financeiros para organizações, negócios e fundos, comprometidos em gerar impacto social mensurável e rentabilidade financeira” (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019, p. 25).

De acordo com o 2º Mapa de Negócios de Impacto, há pouca disponibilidade de investimentos para os negócios em fase inicial, tanto em quantidade de investidores quanto no valor do investimento, sendo grande parte deste proveniente de doações, de amigos e familiares (PIPE.SOCIAL, 2019). As quantias mais vultosas disponíveis para investimento são direcionadas para negócios já estruturados e que estão em busca de escala.

Na operacionalização dos investimentos destacam-se na literatura os Contratos de Impacto Social (CIS), definidos por Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 45) como “instrumentos que preveem a contratualização de resultados sociais mensuráveis, com a expectativa de reembolso pelo governo, caso os resultados sejam alcançados, para investidores que financiaram a implementação de soluções de impacto”. Para Cohen (2018, p. 17, tradução nossa) os CIS são “[...] contratos financeiros que alinham os interesses do governo, da filantropia e do setor privado com os interesses de empreendimentos com ou sem fins lucrativos” e representam um instrumento de transformação na “Revolução do Impacto”.

As “medidas de impacto quantitativas têm sido atingidas em intervenções ‘*pay-for-success*’, como as financiadas pelos contratos de impacto social” (COHEN, 2018, p. 14, tradução nossa). O CIS abrange dois dos princípios fundamentais do investimento de impacto, que são o estabelecimento de objetivos que gerem impacto e a medição do impacto que foi de fato alcançado. As organizações intermediárias, por sua vez, são importantes na conexão entre ofertantes e demandantes, bem como em oferecer capacitação, orientar a medição do impacto, entre outras relevantes funções. Para Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 28) “[...] as organizações intermediárias atuam na conexão e qualificação de empreendedores e investidores”.

Dentre as organizações da sociedade civil no ecossistema de impacto destaca-se o ICE - Instituto de Cidadania Empresarial, cuja atuação é voltada para a mobilização de capital e o fortalecimento das organizações intermediárias (INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL, 2021). A Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, que está no âmbito de atuação do ICE, tem ações que intencionam a produção e disseminação de

conteúdos e a articulação com atores estratégicos, dentre os quais as universidades, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, o banco Itaú, o Fundo Vale, entre outros (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2021a).

As instituições de ensino e pesquisa têm papel relevante no ecossistema de impacto, por meio da produção e disseminação de informação, articulação entre os atores do ecossistema, promoção do desenvolvimento de habilidades empreendedoras voltadas para o fomento dos negócios de impacto, atuação de incubadoras e aceleradoras, oferta de disciplinas que estimulem o debate sobre o tema, e atividades de extensão que liguem a universidade às atividades sociais locais, promovendo sua expansão e melhoria.

No âmbito normativo no Brasil, além da ENIMPACTO, há um projeto de lei (Projeto de Lei nº 338, de 2018) tramitando no Senado Federal, que prevê a criação do CIS, instrumento mediante o qual “uma entidade pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, se compromete a atingir determinadas metas de interesse social, recebendo o pagamento de contraprestação do poder público” (BURGOS, 2019, p. 70). Há também um projeto de lei que propõe a institucionalização de “Sociedades de Benefício” (Lei de Sociedades de Benefício e Interesse Coletivo, de iniciativa do Sistema B), caracterizando o que é propósito, responsabilidade e transparência (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2018; SISTEMA B, 2019).

Apesar dessas iniciativas, ainda tímidas, o governo pode agir de modo mais incisivo para o fortalecimento do ecossistema de impacto no Brasil por meio da estruturação de políticas públicas sólidas e bem estruturadas, voltadas para o desenvolvimento dos negócios de impacto e por meio da edição de regulamentos e normas que favoreçam este novo modelo de empresa (NOGUEIRA, 2015). Cohen explicita a importância do governo no ecossistema de impacto ao afirmar que “Governos são cruciais para construir nossos novos mercados de investimentos de impacto, encorajando o abastecimento e impulsionando a demanda por capital de impacto (COHEN, 2018, p. 22, tradução nossa). Também para o autor:

A transparência, prestação de contas e mensuração do impacto gerados por abordagens baseadas em resultados e investimentos de impacto são benéficas para o governo. Eles permitem que o governo distribua recursos mais efetivamente, atraia inovação na entrega do serviço público, e destrava novos recursos de capital para serviços financeiros essenciais enquanto mantêm supervisão contínua do governo (COHEN, 2018, p. 21, tradução nossa).

Estabelecer normas jurídicas claras e facilitadoras também poderá influenciar nas ações do próprio governo no ambiente de impacto: segundo Burgos (2019, p. 73) “Enquanto

não houver um ordenamento jurídico consolidado e amplamente divulgado [...] dificilmente haverá um grande avanço no campo das compras e contratações públicas de negócios de impacto”. Isso porque as compras públicas são vistas como um grande manancial para o crescimento dos negócios de impacto (COHEN, 2018; CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019), não somente por ofertarem produtos e serviços afeitos ao poder público, que tem a possibilidade da compra em grande escala, mas também como exemplo para os demais compradores, fortalecendo dessa forma a economia de impacto.

Cruz, Quitério e Scretas (2019) sugerem, ainda, como possibilidade de atuação do setor público para o fortalecimento do ambiente de impacto, que os bancos de fomento públicos privilegiem os fundos que apresentem comprometimento com o ambiente de impacto, o que faz com que o volume de recursos disponível para os negócios de impacto seja maior. Essa seria uma das formas de atuação indireta do governo no ecossistema de impacto no Brasil.

Por outro lado, o investimento direto pode ocorrer, por meio da “[...] criação de organizações estatais ou mistas de assistência técnica para empreendedores(as) ou de programas de incubação e aceleração para negócios de impacto” (BURGOS, 2019, p. 65). Segundo o mesmo autor, o investimento governamental direto pode ocorrer, ainda, “[...] via fundações de amparo à pesquisa, por meio de editais e programas específicos, para que pesquisadores acadêmicos possam atuar em parcerias com os negócios de impacto” (BURGOS, 2019, p. 66).

Ainda na seara pública, as *civtechs* e/ou *govtechs*, segundo a Pipe.Social, podem auxiliar os governos na oferta de produtos e serviços típicos da esfera pública, especialmente quando se considera os ODSs ‘redução das desigualdades’, ‘cidades e comunidades sustentáveis’ (PIPE.SOCIAL, 2019). As *civtechs/govtechs* são definidas como: “Startups que estão desenvolvendo soluções para dar suporte, especialmente a governos, para otimizar serviços/produtos, gerar mais transparência, certificação, gestão de cadeia de produtos e serviços, auditoria, eficiência, evitar desperdícios e baixar custos” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 135).

Para Coelho (2019, p.153-154) “[...] o governo é aquele que se encontra em situação mais delicada e aquele que menos tem contribuído para o avanço do debate em torno da importância dos negócios de impacto. A burocracia ainda é um empecilho para isso, mas a cultura conservadora de construção de políticas públicas é a principal causa”. As organizações civis que trabalham em disseminar a cultura dos investimentos e negócios de impacto no

Brasil vêm desempenhando papel crucial junto ao poder público, para que os governos, especialmente no âmbito nacional, comecem a desenvolver políticas voltadas para o fortalecimento desse campo ainda recente, a exemplo do texto base da ENIMPACTO:

A multiplicação de empreendimentos com ou sem fins de lucros, capazes de operar de maneira financeiramente sustentável e ao mesmo tempo responder aos desafios impostos pelos problemas socioambientais deve ser tema de políticas públicas. Trata-se de uma agenda ampla, que demanda a articulação de diferentes atores e envolve grandes desafios (BRASIL, 2021, p. 3).

A ENIMPACTO, assunto do tópico seguinte, é uma iniciativa inovadora no ecossistema de impacto no Brasil, e nasceu por consequência da convergência dos esforços de entidades da organização civil, pesquisadores, acadêmicos e diversos órgãos do Governo Federal, após consulta pública realizada em 2017.

2.3. A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - ENIMPACTO

O Estado desempenha papel de destaque no contexto dos negócios de impacto, pois atua como comprador, regulador e formulador de políticas públicas, sendo sua atuação essencial ao fomento, crescimento e desenvolvimento deste tipo de empreendimento. Coelho afirma que:

Iniciar o processo de relacionamento entre negócios de impacto e o poder público é, porém compreender que este último, apesar de ser o mais difícil de se lidar, pode ser o parceiro mais relevante no longo prazo para tratar dos temas relacionados com escalabilidade, consolidação de resultados de impacto e até mesmo a principal fonte de informações sobre os mercados (COELHO, 2019, p. 154).

A realidade brasileira apresenta grandes necessidades em serviços básicos como saúde, educação, infraestrutura, entre outros. Ao mesmo tempo, a criatividade, um dos traços marcantes do brasileiro, “[...] é particularmente importante devido à complexidade dos problemas que os empreendedores sociais tentam resolver” (RABBAT, 2019). Essa combinação de fatores faz com que o Brasil seja um campo fértil para o crescimento dos negócios de impacto socioambiental.

Silva, Moura e Junqueira (2015, p. 122) afirmam que “[...] as relações estão caminhando para uma nova configuração, em que os limites de atuação da esfera pública ou privada já não estão bem delimitados”. Sociedade e governo precisam, portanto, estabelecer novos arranjos sociais na busca por soluções para os desequilíbrios socioambientais gerados até então. Para aqueles autores “Esse campo demanda não só uma ação inovadora, mas também a reconfiguração dos papéis dos diversos atores sociais sejam eles as próprias

organizações, o Estado e a iniciativa privada” (SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015, p. 122).

Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU no período de 2007 a 2016, declarou: “Governos devem tomar a dianteira no cumprimento de seus compromissos. Ao mesmo tempo, conto com a participação do setor privado para alcançar o sucesso” (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION 2016, p. 13). Espera-se da dinâmica dos negócios de impacto a construção de um tecido entremeado pela presença do público e do privado, visando o desenvolvimento de uma nova configuração para o sistema de economia capitalista, que se coadune com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os autores afirmam que:

Existe um consenso entre os países participantes do *Global Steering Group for Impact Investment*: a participação do governo é essencial para impulsionar e dar suporte à agenda de impacto. Essa relevância se justifica na medida em que as políticas públicas podem criar ou dificultar a infraestrutura necessária para a operação dos atores e dos fluxos do ecossistema (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019, p. 49).

O poder público é responsável pela implementação de diretrizes que conduzam ao desenvolvimento da nação. Portanto, o Estado desempenha papel de relevância e destaque na dinâmica dos negócios de impacto.

Uma estratégia para fortalecer esse setor deve considerar mover, ao mesmo tempo, essas quatro engrenagens: (1) aumentar o número de negócios de impacto qualificados, para atuar em diversos setores e em todas as regiões do país e que estejam prontos para serem investidos; (2) aumentar o capital disponível para os negócios de impacto que mensurem seus resultados, provenientes de diferentes fontes e sensíveis às particularidades de cada etapa do ciclo de vida dos negócios; (3) aumentar o número, a diversidade e a abrangência do atendimento das organizações intermediárias; e, finalmente, (4) ter mais lideranças da sociedade civil, gestores públicos fortalecidos e legislações favoráveis a essa agenda (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019, p. 29).

Esses autores destacam, ainda, a necessidade da atuação transversal do governo no ecossistema de impacto, mediante uma atuação multissetorial e articuladora, justamente por ter diversas possibilidades de atuação no setor, seja como regulador, como comprador de produtos e serviços produzidos por negócios de impacto, como investidor ou como fomentador desse tipo de empreendimento. Atuar de forma transversal no ecossistema significa, para o governo, não somente assumir o papel de regulador, criando ou reestruturando normativas que favoreçam um ambiente normativo mais profícuo para os empreendedores e investidores de impacto, mas também ampliar sua colaboração quando, por exemplo, prioriza a compra de soluções de impacto ou atua como “fomentador de agendas

relevantes”, “[...] no incentivo e financiamento de práticas como aceleração, mensuração, pesquisa ou consolidação de dados sobre investimentos e negócios de impacto” (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019, p. 28).

Nesse sentido, a ENIMPACTO representa uma iniciativa inovadora no país e no mundo. Para a Pipe.Social (2019, p. 58) “Experiências internacionais priorizam três papéis para o governo: 1. Regulador (de mecanismos financeiros de impacto); 2. Fomentador (de temas, modelos e organizações indutoras); e 3. Comprador (de produtos e serviços originários de negócios de impacto”. Burgos (2019, p. 62), por sua vez, afirma que:

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, entende que o setor público tem um papel catalisador no mercado de negócios de impacto social em termos de criar um ambiente regulador propício, incentivando uma maior transparência e tomando medidas concretas para ajudar a desenvolver o mercado.

Ainda com base no posicionamento da OCDE, Burgos (2019) apresenta exemplos de políticas que podem fomentar o desenvolvimento do ambiente de impacto, tais como: apoio por meio de assistência técnica, capacitação para investimento; incentivos fiscais, subsídios; criação de instrumentos financeiros; ambiente normativo favorável. Nogueira (2015, p. 36) afirma que “Mesmo que um empreendimento social tenha um modelo de negócio bom, ele não pode ser escalável caso existam barreiras sistêmicas legais ao seu desenvolvimento”.

A ENIMPACTO foi criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017, “[...] com a finalidade de articular órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil, na promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto” (BRASIL, 2017, art. 1º), e é o resultado da integração entre poder público, organizações do setor privado e sociedade, promovida pela Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais (hoje Aliança pelo Impacto).

O decreto de criação da ENIMPACTO instituiu também o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, cujas funções são as de “[...] propor, monitorar, avaliar e articular a implementação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto” (BRASIL, 2017, art. 5º). Sua composição abrange representantes do governo federal, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e do setor privado, mediante o caráter multissetorial que se espera da estratégia.

A Pipe.Social (2019, p. 59) descreve a ENIMPACTO como “[...] uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e

negócios de impacto”. Para Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 49) a ENIMPACTO “[...] exemplifica bem a perspectiva multissetorial e articuladora esperada do governo”.

A estratégia representa uma inovação legislativa no campo dos negócios de impacto, e seu objetivo é “[...] fomentar um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto no Brasil, de forma a promover desenvolvimento econômico, resolução de complexos problemas socioambientais e oferta de melhores serviços públicos para a população” (BRASIL, 2021, p. 3).

A FTFS, na Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil, publicada em 2015, conceitua os negócios de impacto como “[...] empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável” (FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS, 2015a, p. 5). O Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019, que substituiu o decreto original, de 2017, elenca os objetivos da ENIMPACTO:

- I – ampliar a oferta de capital para os negócios de impacto, por meio da mobilização de recursos públicos e privados destinados ao investimento e ao financiamento de suas atividades;
- II – aumentar a quantidade de negócios de impacto, por meio:
 - a) da disseminação da cultura de avaliação de impacto socioambiental; e
 - b) do apoio ao envolvimento de empreendimentos com as demandas de contratações públicas e com as cadeias de valor de empresas privadas;
- III – fortalecer organizações intermediárias que:
 - a) ofereçam apoio ao desenvolvimento de negócios de impacto e capacitação aos empreendedores;
 - b) gerem novos conhecimentos sobre negócios de impacto; ou
 - c) promovam o envolvimento dos negócios de impacto com os investidores, os doadores e as demais organizações detentoras de capital;
- IV – promover um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto; e
- V – promover a geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto (BRASIL, 2019, art. 3º).

A ENIMPACTO é abordada pelo Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto por meio de quatro eixos, divididos por grupos de trabalho, quais sejam:

- I – ampliação da oferta de capital para os negócios de impacto;
- II – aumento da quantidade de negócios de impacto;
- III – fortalecimento das organizações intermediárias; e
- IV – promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto (BRASIL, 2019, art. 8º)

O direcionamento das compras públicas de negócios de impacto está alinhado a um dos objetivos da ENIMPACTO, que é aumentar o número de empreendimentos. Os governos são responsáveis por alto consumo de bens e serviços e, além de contribuir para o crescimento do setor, direcionar suas aquisições para o mercado de impacto poderá incentivar entidades privadas a também priorizar as aquisições provenientes desse tipo de empreendimento. Corroborando esse entendimento:

Os governos são importantes compradores de produtos e serviços, fazendo isso em uma escala muito grande [...]. A área de compras governamentais é bastante complexa e, geralmente, muito resistente a inovações, porque envolve muitos recursos financeiros e os agentes públicos possuem bastante receio das fiscalizações dos órgãos de controle (BURGOS, 2019, p. 65).

No que concerne às licitações o autor afirma, ainda, que é necessário capacitar os servidores públicos que lidam com as compras públicas, evidenciando ao nível operacional a importância dos negócios de impacto também para as finanças públicas e para a sociedade (BURGOS, 2019). É imprescindível, também, que o setor público valorize a transparência nas transações.

Para Coelho (2019, p. 54), “A construção de marcos regulatórios é debate de longo prazo e pode desestruturar um modelo de negócio de impacto ou todo um ecossistema de impacto se não for mediada dentro desse contexto”. Por isso, o desenvolvimento de um corpo normativo, especialmente no nível federal, que apoie os empreendimentos de impacto são de grande importância para o ecossistema, dentre outras iniciativas que se espera do poder público para o fortalecimento do campo.

Para Cruz, Quitério e Scretas (2019) são muitos os desafios que se interpõem para o estabelecimento de uma cultura governamental que privilegie os negócios de impacto, como por exemplo, a falta de conhecimento sobre o tema e capacitação dos gestores públicos e a rigidez exigida nos processos de contratações públicas. Nesse viés, as universidades podem somar ao processo de construção e desenvolvimento do ambiente de investimentos e negócios de impacto.

2.4. Atuação das instituições de ensino e pesquisa como organizações intermediárias no ecossistema de impacto

Dentre as recomendações emitidas pela força tarefa brasileira em 2015, consideradas prioritárias para o desenvolvimento da temática no Brasil, além do engajamento do setor público, fortalecimento de incubadoras e aceleradoras, entre outras, está a “Produção de

conhecimento e formação em finanças sociais, empreendedorismo social e negócios de impacto” (FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS, 2015b, p. 29).

As instituições de ensino e pesquisa atuam no ecossistema de impacto como organizações intermediárias, cujo papel, conforme o prescrito pelo Decreto 9.977/2019, é facilitar e apoiar “[...] a conexão entre a oferta por investidores, doadores e gestores e a demanda de capital por negócios que geram impacto socioambiental” (BRASIL, 2019, art. 2º, III). No âmbito acadêmico essa intervenção pode se dar por diversos caminhos, que envolvem o corpo docente, pesquisadores, alunos e a própria instituição, mediante as políticas que desempenha.

Para os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 31) “No que tange às Instituições de Ensino Superior (IESs), espera-se que elas acolham a agenda dos investimentos e negócios de impacto, nas diferentes carreiras, em suas três funções básicas: docência, pesquisa e extensão”. Os autores sugerem a institucionalização do tema pelas escolas, por meio da criação de disciplinas específicas que fortaleçam a interface entre empreendedores e comunidade, já que o empreendedor de impacto necessitará desenvolver novas habilidades e técnicas, inclusive para medir os resultados gerados por sua atividade e entregues à sociedade.

A universidade pública representa uma instituição de atuação ímpar perante a sociedade, que lhe confere legitimidade e autonomia; “A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p. 5), por isso a acompanha em suas mudanças sociais, econômicas e políticas.

Uma das possibilidades de atuação da universidade no ambiente de impacto é inserir o assunto nos currículos acadêmicos. Para a Pipe.Social (2019, p. 159) “Formação de qualidade é um recurso imprescindível para fortalecer uma cultura empreendedora”. Pelo fato de os negócios de impacto se direcionarem à solução de problemas sistêmicos, é importante estender o aprendizado do tema nas universidades aos alunos de diversas áreas de formação, e não somente às carreiras típicas de escolas de negócios (Administração, Ciências Econômicas, Finanças). É indispensável também possibilitar a capacitação dos professores para que ofertem disciplinas voltadas para o tema do impacto. Os professores, como intermediários, podem oferecer apoio técnico qualificado (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019).

Recomenda-se que as instituições de ensino se aproximem “[...] de uma visão de futuro que combine empreendedorismo, impacto socioambiental positivo e mensurado,

ciências e tecnologia” (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019, p. 33). Para os autores os egressos das universidades cujas diretrizes favorecem o ambiente de impacto sairiam aptos para atuar buscando tanto objetivos econômicos como o impacto socioambiental. Nesse sentido, afirmam que “É preciso ampliar o alcance dessa visão de mundo, construir narrativas simples e poderosas que expliquem o campo dos investimentos e negócios de impacto para mais pessoas e as façam mover seus atos de compra e investimentos alinhados a seus propósitos” (CRUZ; SQUITÉRIO; SCRETAS, 2019, p. 54).

A Artemisia, organização sem fins lucrativos que atua no fomento aos negócios de impacto no Brasil, criou em 2011 o Choice, um programa que atua junto às universidades brasileiras com a finalidade de capacitar universitários, recém-formados e professores para atuação no campo dos negócios com propósito. O programa busca atuar em diversas cidades no Brasil, por meio da “[...] sensibilização e formação de jovens universitários e egressos interessados em empreender com impacto” (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2018, p. 7).

A atuação das instituições de ensino e pesquisa como agentes intermediários dos negócios de impacto pode se dar também por meio do fornecimento de informações aos empreendedores e intermediação com os investidores. Isso pode ser operacionalizado por meio de aceleradoras e incubadoras, que são elementos de fomento do setor. Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 40) afirmam que “[...] negócios que passaram por processos de aceleração, em média, geram mais receitas, mais empregos e atraem um pouco mais de investimento”. O Mapa de Impacto publicado pela Pipe.Social corrobora essa percepção: de acordo com o relatório de 2019, “De maneira urgente, os empreendedores pedem capital e apoio para agregar outras visões ao seu negócio, melhorar sua comunicação, parcerias e time” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 46).

A atuação de aceleradoras e incubadoras no ambiente de impacto pode ser considerada sob as perspectivas quantitativa e qualitativa: é necessário tanto favorecer sua proliferação, como também assegurar que suas atuações sejam de fato efetivas, neste sentido, Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 40) afirmam que: “No Brasil, o desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras de base tecnológica está muito associado a políticas públicas de fomento à inovação e a ambientes acadêmicos”.

As aceleradoras aproximam os investidores e negócios de impacto, atuando como consultoras, realizando treinamentos e possibilitando investimentos. As incubadoras apresentam potencial de multiplicar a cultura e fomentar mais soluções de impacto

(PIPE.SOCIAL, 2019). Sheila Oliveira Pires (ex-superintendente executiva da Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), na publicação 2º Mapa de Investimentos e Negócios de Impacto, de 2019, relata que:

As primeiras incubadoras do Brasil começaram a surgir em 1984, espelhadas em modelos internacionais, para estimular a geração de empreendimentos inovadores nas mais diversas localidades. Elas sempre tiveram o propósito de gerar emprego e renda, mas também de agregar questões socioeconômicas, contribuindo com o desenvolvimento das localidades, e sendo socialmente responsáveis. Assim, a adoção da temática ‘impacto social e ambiental’, pelas incubadoras e aceleradoras, é algo que vem ocorrendo de forma natural e cada vez mais intensa. Juntar inovação tecnológica com a geração de impacto é o que estimula e justifica a atuação desses mecanismos nesse campo. É importante que os empreendedores estejam cada vez mais preocupados em transformar o meio em que estão. E isso vem das atitudes, colocando no mercado produtos que irão resolver problemas sociais com alto grau de inovação. Isso é muito importante, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 168).

Além da formação de alunos conscientes sobre a temática do impacto e preparados para atuar no campo, da capacitação dos professores e da atuação por meio de incubadoras e aceleradoras, as instituições de ensino e pesquisa podem também atuar como propulsoras de tecnologia e inovação e o crescimento dos registros de patentes de produtos com propósito, que são fatores intrinsecamente relacionados aos negócios de impacto. Nesse sentido, os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 32) afirmam que:

Um desafio que tem ganhado visibilidade nessa agenda é mobilizar pesquisadores e cientistas para que conectem seu conhecimento, pesquisas e descobertas com problemas sociais, trazendo soluções inovadoras do laboratório para o mercado. A complexa gestão de uma organização que gera e dissemina conhecimento técnico-científico e as barreiras para a inovação em institutos de pesquisa no Brasil propõem o surgimento de diferentes formatos de associações entre instituições de pesquisa, empresas, sociedade e outros atores do ecossistema de impacto. O objetivo é transformar o desenvolvimento científico em mais produtos e serviços inovadores, ao mesmo tempo gerando benefícios específicos a cada um dos participantes. Nesse tema é necessário aproximar investidores para que fomentem modelos de negócios criados na universidade.

De acordo com o 2º Mapa de Investimentos e Negócios de Impacto “O uso de tecnologia no negócio tende a atrair mais investimento. Esse recurso traz mais inovação para as soluções e pode tornar o negócio mais escalável” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 111). Sobre as pesquisas acadêmicas e sua importância para a sociedade:

[...] cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos

campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a ideia de cidadania (CHAUI, 2003, p. 14).

Assim, ressalta-se a importância da UFMS na percepção das necessidades locais e implementação de políticas, atividades e currículos que visem ao atendimento dessas demandas. No caso dos investimentos e negócios de impacto, a instituição está diante da oportunidade de disseminar os conceitos e implementar estratégias alinhadas às premissas da ENIMPACTO.

Feitas as considerações teóricas, o tópico seguinte descreve as definições metodológicas que utilizadas nesse trabalho, bem como os procedimentos metodológicos estabelecidos para a condução da investigação, especificando de que forma os objetivos buscaram ser alcançados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está orientada segundo as características exploratórias e qualitativas, busca propor um plano de ação para a inserção da UFMS na dinâmica dos negócios de impacto, considerando seu papel de grande relevância para a sociedade e sua responsabilidade como agente de mudanças para a região. Para isto serão analisados documentos e realizadas entrevistas e os dados serão tratados de acordo com a análise de conteúdo.

3.1. Definições e características metodológicas

Gil (2002, p. 17) define pesquisa como “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para alcançar o objetivo da pesquisa utiliza-se de método, cujo estudo é sistematizado pela metodologia científica. Para o autor “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p. 8). Marconi e Lakatos (2003), assim como Gil, também definem o método como o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, sistemática e racionalmente, a fim de alcançar seu objetivo.

As autoras Marconi e Lakatos, ao discorrer sobre métodos específicos aplicados em ciências sociais, ensinam que “Método e métodos situam-se em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106). Nesse sentido, os métodos, segundo as autoras, configuram as etapas trilhadas na prática, visto que “[...] pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106).

3.1.1. Tipo de pesquisa: exploratória e descritiva

Esse trabalho identifica-se como exploratório e descritivo, uma vez que busca examinar o campo dos negócios de impacto, que ainda é pouco disseminado, mas que apresenta grande potencialidade como instrumento de mudanças na realidade social no Brasil e no mundo. Segundo Gil (2002), pesquisadores sociais geralmente utilizam-se das pesquisas descritivas e exploratórias quando seu foco está na prática.

Para Vergara a pesquisa exploratória é aquela na qual a investigação ocorre “[...] em área onde há pouco conhecimento sistematizado, acumulado” (VERGARA, 1990, p. 4). Ao empregar esse tipo de pesquisa o pesquisador objetiva “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Para o autor, ao aplicar a pesquisa exploratória o investigador recorre, em geral, ao levantamento bibliográfico, às entrevistas e à análise de exemplos que permitam o esclarecimento acerca de seu objeto de estudo. Nascimento (2016) afirma que as pesquisas exploratórias são usadas para levantamentos bibliográficos, entrevistas e estudo de caso.

A pesquisa descritiva, por seu turno, objetiva a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Vergara a define como a “Exposição das características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode ampliar-se para o estabelecimento de correlações entre fatores ou variáveis ou, ainda, para definição da natureza de tais correlações” (VERGARA, 1990, p. 5). Para a autora, ainda que a descrição não realize explicações, pode servir de base para elas.

3.1.2. Abordagem da pesquisa: qualitativa

Quanto à natureza, essa pesquisa classifica-se como qualitativa. Godoy (1995) explica que esse tipo de pesquisa descreve dados de indivíduos, espaços geográficos e atividades interativas, com os quais o pesquisador tem contato direto, valorizando as entrevistas, os documentos e as observações pessoais. Para a autora, quando conduzida sob o prisma “naturalístico”, isto é, realizada por meio da observação sem intervenção, a investigação pressupõe que “[...] observações são relatadas em linguagem não-técnica, por meio de palavras e conceitos familiares, que possibilitam a compreensão do fenômeno minimizando o papel de pressuposições admitidas *a priori*” (GODOY, 1995, p. 58).

Para Nascimento (2016, p. 3), o método qualitativo “É baseado na interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam, ou no significado atribuído pelo pesquisador, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos”. Creswell (2003, p. 35) informa, que:

[...] uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão;

ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas.

Para esse autor o uso da técnica qualitativa favorece o estudo exploratório, já que o pesquisador constrói seu entendimento aliando as informações obtidas por meio da revisão da literatura às informações obtidas de participantes. Adicionalmente, “A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados” (CRESWELL, 2003, p. 184) sendo, por isso, subjetiva, uma vez que considera a interação do pesquisador com as informações coletadas (NASCIMENTO, 2016).

3.1.3. Técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso

Quanto aos procedimentos técnicos, aplicam-se as técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. O planejamento e utilização dessas técnicas favorecem o desenvolvimento prático do estudo. Assim, afirma o autor que “[...] para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa” (GIL, 2002, p. 43).

Conforme leciona Gil “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Marconi e Lakatos, por seu turno, explicam que “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

Ainda para as autoras, “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183) *In casu*, considerando-se a natureza dinâmica e atual do objeto de estudo, além dos livros e dos artigos científicos publicados em periódicos, foi possível recorrer a inúmeras fontes disponíveis em ambiente virtual, produzidas por entidades envolvidas no desenvolvimento do assunto com a finalidade de divulgação, além de entrevistas.

A pesquisa documental, por sua vez, consiste na análise de materiais originários de fontes primárias, isto é, “[...] que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45) ou, ainda, documentos que já receberam algum tipo de análise ou tratamento, os quais são disponibilizados por meio de relatórios e tabelas, por exemplo (GIL, 2002). Para Nascimento,

a análise documental “É tipicamente uma análise de conteúdos para permitir cotejo entre o que o documento objetivou transmitir ou comunicar e a realidade” (NASCIMENTO, 2016, p. 6). Para os autores Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2):

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Nesse contexto, a análise dos documentos disponibilizados no ambiente online tanto pelo Governo Federal, como pelas organizações que trabalham com impacto e pelas instituições de ensino compõe grande parte do embasamento desta pesquisa.

O estudo de caso é a técnica que visa a “[...] descoberta de fenômenos em determinado contexto” e que “ênfatisa a interpretação de fenômeno específico e busca retratar a realidade de maneira complexa e profunda” (NASCIMENTO, 2016, p. 5). Adicionalmente, para Creswell (2003, p. 32), no estudo de caso “[...] o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas”.

Essa técnica é adequada para a investigação do como e do porquê de um conjunto de eventos contemporâneos: “O estudo de caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados” (YIN, 2001, p. 35). Assim, a técnica é adequada para a observação da ENIMPACTO e de que forma uma universidade pode atuar para o desenvolvimento da referida estratégia.

3.2. Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados ocorreu em dois momentos: levantamento e análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com pessoas chave, tanto do Comitê da ENIMPACTO quanto da UFMS, relevantes para o tema deste trabalho. Para Marconi e Lakatos a coleta de dados é “Etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 165). As autoras mencionam, ainda, que “São vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 166).

Os documentos analisados, disponíveis online, estão relacionados no Quadro 1:

Quadro 1: Documentos Analisados

n.	Documento	Autor	Descrição
1	Ata da 1ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada em 07 de fevereiro de 2018, em Brasília. 15p.
2	Ata da 2ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada em 09 de maio de 2018, em Brasília. 11p.
3	Ata da 3ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada em 14 de agosto de 2018, em Brasília. 12p.
4	Ata da 4ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada em 06 de dezembro de 2018, em Brasília. 15p.
5	Ata da 5ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 19 de março de 2019, em Brasília. 18p.
6	Ata da 6ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 18 de junho de 2019, em Brasília. 26p.
7	Ata da 7ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 02 de outubro de 2020, em Brasília. 27p.
8	Ata da 8ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 29 de janeiro de 2020, em Brasília. 31p.
9	Ata da 9ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 14 de abril de 2020, em Brasília. 25p.
10	Ata da 10ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 29 de julho de 2020, em Brasília. 26p.
11	Ata da 11ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 26 de novembro de 2020, em Brasília. 18p.
12	Ata da 12ª reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Ata da reunião realizada no dia 31 de março de 2021, em reunião virtual. 35p.
13	Decreto nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017.	Presidência da República	Institui a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e cria o Comitê.
14	Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019	Presidência da República	Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê. Revoga o Decreto nº 9.244.
15	Texto-base da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto	ENIMPACTO	(ENIMPACTO). Versão Revisada – 17.06.2021. 32 p.
16	Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024	UFMS	Apresenta o PDI UFMS para o período de 2020 a 2024, 109 p.
17	Relatório anual de atividades do comitê de investimentos e negócios de impacto - 2018	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Publicado em 17 de dezembro de 2018. 48p.
18	Relatório anual de atividades do comitê de investimentos e negócios de impacto - 2019	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Publicado em 23 de dezembro de 2019. 75p.
19	Relatório anual de atividades do comitê de investimentos e negócios de impacto - 2020	Comitê de investimentos e negócios de impacto	Publicado em 22 de dezembro de 2020. 162p.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Marconi e Lakatos a coleta de dados é “Etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 165). As autoras mencionam, ainda, que “São vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo

com as circunstâncias ou com o tipo de investigação” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 166). Uma das técnicas utilizadas nesse trabalho é a entrevista que, para Gil é a “[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p. 109).

Para Gil a entrevista é a “[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p. 109). Gil (2008) afirma também que a entrevista pode ser classificada como informal, semiestruturada ou estruturada, conforme seu nível de estruturação: “As entrevistas mais estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação” (GIL, 2008, p. 111).

Para Boni e Quaresma (2005) a entrevista é uma das fases da pesquisa que permite a obtenção de dados aos quais o pesquisador não teve acesso em etapas anteriores, como a pesquisa bibliográfica. Foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas, que, segundo aquelas autoras, “[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”, isso porque “O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 8). Além disso, a condução de entrevistas semiestruturadas permite que o pesquisador tenha acesso a novas informações e pontos de vista, o que resulta no enriquecimento do estudo (BONI; QUARESMA, 2005).

Gil (2008) afirma também que a entrevista pode ser classificada como informal, semiestruturada ou estruturada, conforme seu nível de estruturação: “As entrevistas mais estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação” (GIL, 2008, p. 111).

Para Boni e Quaresma (2005) a entrevista é uma das fases da pesquisa que permite a obtenção de dados aos quais o pesquisador não teve acesso em etapas anteriores, como a pesquisa bibliográfica. Serão conduzidas entrevistas semiestruturadas, que, segundo as autoras, “[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”, isso porque “O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 8). Além disso, a condução de entrevistas

semiestruturadas permite que o pesquisador tenha acesso a novas informações e pontos de vista, o que resulta no enriquecimento do estudo (BONI; QUARESMA, 2005).

No âmbito da UFMS as entrevistas foram direcionadas a quatro servidores da AGINOVA (Diretor, Secretária de Empreendedorismo e Inovação e dois servidores da Pantanal Incubadora Mista de Empresas - PIME), uma vez que esse é o setor na universidade que gerencia as ações voltadas ao empreendedorismo e inovação. No âmbito da ENIMPACTO foram sujeitos da pesquisa o Coordenador da estratégia e a Colíder do eixo 3 – Fortalecimento das organizações intermediárias, eixo em que está inserida a atuação das universidades. O roteiro da entrevista (Apêndice A), composto por 14 questões abertas, foi submetido mediante formulário eletrônico, tendo em vista a disponibilidade dos entrevistados e a dificuldade de agendamentos remotos.

As perguntas foram categorizadas conforme as temáticas: I – Gestão; II – Resultados; III – Organizações intermediárias; e IV – Universidades e geraram 84 respostas, as quais foram condensadas em dois corpus textuais – o primeiro com as respostas dos representantes da ENIMPACTO e o segundo com as dos servidores da AGINOVA/UFMS - que foram submetidos às análises no software Iramuteq.

3.3. Procedimentos de tratamento dos dados

Depois de colhidos, os dados são selecionados, categorizados, organizados e classificados. “Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 167), a análise presta-se a destacar as relações observadas entre o objeto do estudo e os aspectos a ele correlacionados.

Para a análise dos dados, foi aplicada a técnica da Análise de Conteúdo que “[...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). Para a autora a análise de conteúdo pode dirigir-se tanto aos significados que ele traduz, quanto às formas pelas quais são transmitidos. A autora estabeleceu procedimento composto por três etapas, quais sejam: 1. pré-análise, quando são escolhidos e organizados os documentos que serão analisados, elaboram-se as hipóteses, objetivos e indicadores; 2. exploração do material, fase em que os dados obtidos são codificados; e 3. tratamento dos resultados, categorizando-os, inferência e interpretação, a fim de dar às informações significado, demonstrando-o por meio de quadros, diagramas, figuras.

Adicionalmente, utilizou-se o software Iramuteq (*Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires*) para a geração de gráficos. O Iramuteq é uma ferramenta de uso gratuito, utilizada em pesquisas qualitativas, que gera gráficos a partir do corpus textual previamente preparado e a ele submetido. Para este trabalho foram utilizadas as representações gráficas obtidas por meio da nuvem de palavras, que organiza as palavras-chave do texto conforme sua frequência; e a análise de similitude, que identifica coocorrências e indica suas conexões no texto analisado (CAMARGO; JUSTO, 2013).

O estudo das atas das reuniões do Comitê e dos relatórios anuais por ele gerados permitiu o acompanhamento da evolução e desenvolvimento da implementação da estratégia, pois informam a trajetória das ações implementadas pelo Comitê, desde sua idealização. A análise dos dados coletados e os resultados obtidos são relatados no capítulo seguinte.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

Nesta seção são apresentadas as características da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que consiste em estabelecer de que forma a instituição se relaciona à temática do impacto, bem como as características do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, identificadas a partir da análise dos documentos e das entrevistas para descrever, ao final, oportunidades de melhoria para atuação da UFMS no ecossistema de impacto.

4.1. Caracterização da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

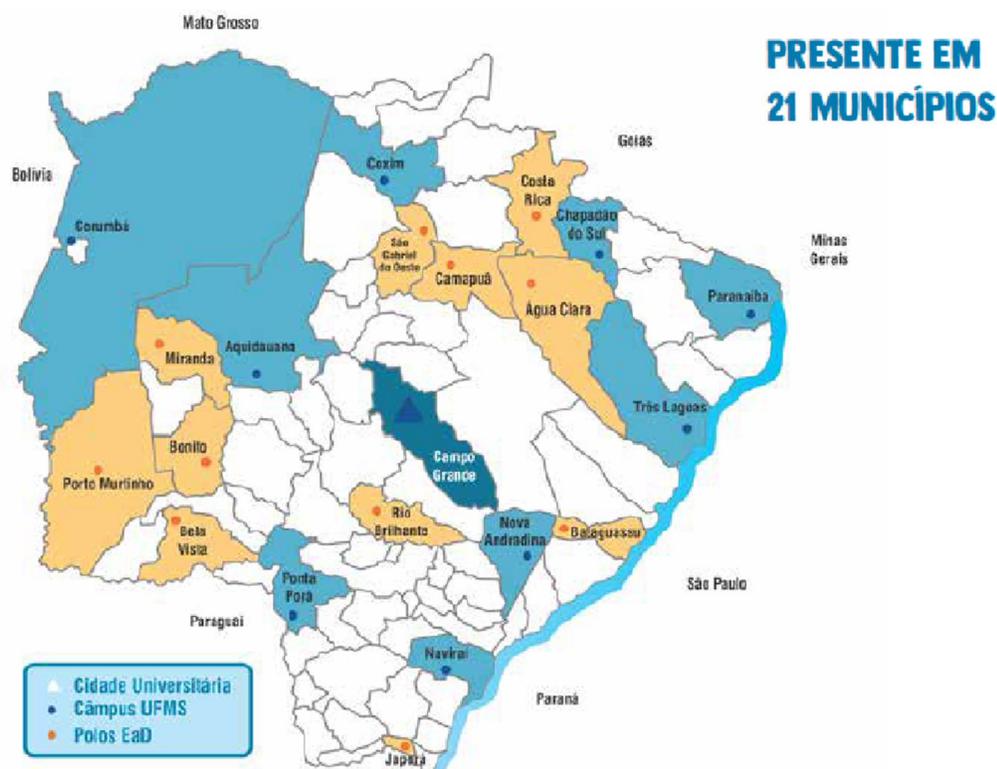
A história da UFMS remonta a 1962, quando foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que passou a integrar, em 1966, o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, que incluiu também o curso de Medicina. No ano seguinte foi criado em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e em Três Lagoas o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ambos pertencentes à estrutura da educação estadual. Em 1969 lei estadual unificou os três institutos mediante a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso. Após a divisão do Estado de Mato Grosso, que aconteceu em 1977, a UEMT foi federalizada e passou a se chamar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante o instituído pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979 (UFMS, 2020b).

Posteriormente, no decorrer dos anos 2000, foram instalados os câmpus de Coxim, Paranaíba, Chapadão do Sul, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã. Em 2005 o câmpus de Dourados foi desmembrado, transformando-se na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), implantada em 2006.

A UFMS, instituição pública federal de ensino superior, fundada em 1979, com sede em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, desenvolve as atividades de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação (UFMS, 2020a). No campo do direito público interno, a UFMS caracteriza-se como uma autarquia, entidade da administração indireta cujas características são a criação por lei, personalidade jurídica e patrimônio próprios, e autonomia na execução de atividade típica da Administração Pública (DI PIETRO, 2018).

A UFMS desenvolve atividades em 21 municípios do Estado, dentre oferta de cursos de graduação presenciais e a distância e pós-graduação *lato e stricto sensu*, com câmpus localizados em Campo Grande, Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, conforme se visualiza na Figura 4.

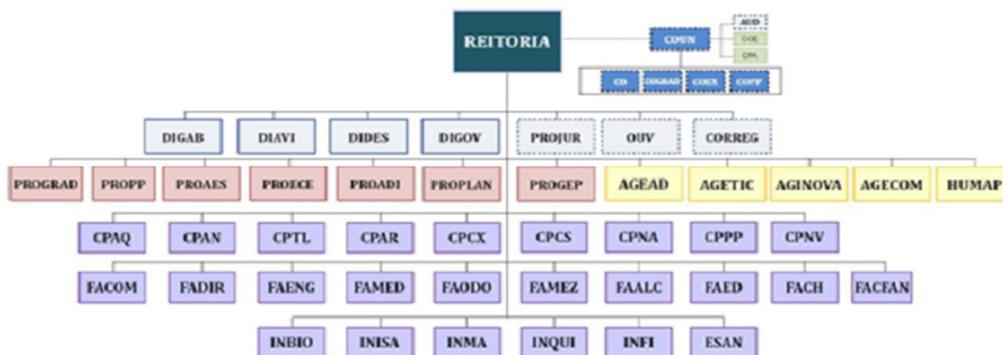
Figura 4: Âmbito de atuação da UFMS



Fonte: UFMS (2020a, p.7).

Sua estrutura organizacional abrange unidades administrativas (Reitoria, Pró-reitorias, Núcleos) e setoriais (Câmpus, Faculdades, Institutos e Escola), além dos Conselhos Superiores e agências. Visualiza-se a estrutura da UFMS no organograma apresentado na Figura 5:

Figura 5: Estrutura organizacional da UFMS (2021)



Fonte: UFMS (2021b).

Dentre as agências, destaca-se a Agência de Internacionalização e de Inovação - AGINOVA, voltada para o desenvolvimento, inovação e relações internacionais, e responsável pela “[...] gestão da política de inovação na instituição, com responsabilidade na articulação e na integração entre a universidade e os demais agentes socioeconômicos [...]” (UFMSb, 2020, p. 35).

4.2. Setores e Atores da UFMS que podem atuar no ecossistema de impacto

A AGINOVA foi criada em 2017 para gerir a política de inovação na UFMS, “[...] com responsabilidade na articulação e na integração entre a universidade e os demais agentes socioeconômicos (governo, organizações com e sem fins lucrativos, instituições de ensino e pesquisa, outros) para o desenvolvimento sociocientífico, na regulação das empresas juniores e incubadora de empresas” (UFMSb, 2020, p. 35).

A agência gerencia a política de inovação da universidade, cujas suas ações foram definidas em consonância com o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e objetivando “[...] consolidar a inovação e o empreendedorismo como componente formativo indispensável à função social desta universidade [...]” (UFMSb, 2020, p. 35). Tal posicionamento institucional demonstra a tendência da universidade em desempenhar um papel ativo na sociedade - além da educação, da extensão e da pesquisa -, por meio do incentivo à inovação social e ao empreendedorismo, que gere resultados concretos para a sociedade, tanto econômicos quanto benefícios sociais, o que se alinha com a visão dos negócios de impacto.

A AGINOVA, atualmente, organiza-se em três secretarias, (Figura 6): Articulação Institucional, Empreendedorismo e Inovação e Relações Internacionais (UFMS, 2021a). Dentre essas, no escopo deste trabalho destaca-se a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEEMP/AGINOVA), “unidade responsável pela integração de atividades entre a Universidade, Empresas, Governo e Sociedade para a promoção da inovação e do empreendedorismo no fomento aos empreendimentos incubados e empresas juniores da UFMS” (UFMS, 2021a, p. 168).

Dentre as competências estabelecidas para a SEEMP estão a administração da PIME – Pantanal Incubadora Mista de Empresas, do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), do Programa UFMS Júnior e do Programa UFMS Empreende Social (UFMS, 2020b).

Figura 6: Organograma da AGINOVA



Fonte: UFMS (2021b, p. 13).

A UFMS, cuja visão e missão instituídas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional são, respectivamente, “Desenvolver e socializar o conhecimento, formando profissionais qualificados para a transformação da sociedade e o crescimento sustentável do país” e “Ser uma universidade reconhecida nacional e internacionalmente por sua excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação” (UFMS, 2020b, p. 12) tem papel estratégico para o alcance dos objetivos traçados pela ENIMPACTO, especialmente quando se considera o desenvolvimento regional.

O mapa estratégico apresentado pelo PDI 2020-2024 informa, os objetivos estratégicos, alinhados à missão, visão e valores estabelecidos para a instituição, conforme a Figura 7:

Figura 7: Objetivos da UFMS – PDI 2020-2024



Fonte: UFMS (2020b, p. 63).

A Política de Pesquisa e Pós-graduação instituída no PDI 2020-2024 abrange e estimula a formação de parcerias entre a universidade, o setor privado e o terceiro setor, por meio do aporte de investimentos provenientes desses setores, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, visando sua aplicação social (UFMS, 2020b). Essa interface é

efetivada com o auxílio das fundações de apoio da UFMS (que são a Fapec – Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura e a Fundect – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), e gerida pela AGINOVA, que “[...] foi criada essencialmente para facilitar a captação de recursos junto aos pesquisadores e parceiros” (UFMSb, 2020, p. 29).

Adicionalmente, a Política de Inovação e Empreendedorismo, que também é administrada pela AGINOVA, objetiva oportunizar iniciativas que visam enriquecer a formação acadêmica, integrando esses atributos ao rol de habilidades que se espera que os alunos adquiram na educação superior.

Com vistas à sua inserção no ambiente de impacto, além do estímulo ao empreendedorismo e à inovação - por meio da AGINOVA – e tendo em vista o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFMS, 2020), há a possibilidade de implantar ações no âmbito das Pró-reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) e de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), bem como na Política de Sustentabilidade da universidade, conduzida pela Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DIDES), de forma a promover a integração dos processos de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação, conforme preconizado pela universidade (UFMS, 2021b).

A PROGRAD atua nos níveis estratégico e tático, desempenhando as atividades relacionadas ao ensino da graduação, e tem como competência, dentre outras, acompanhar as atividades didático-pedagógicas, articular projetos e acordos de cooperação com outras instituições, dentre outros instrumentos atinentes ao ensino de graduação. A PROECE exerce competências que possibilitam as atividades de extensão, cultura e esporte na UFMS. O Mercado Escola da UFMS, que tem atribuições de manutenção e apoio a empreendimentos sociais, dentre outras, é unidade vinculada à PROECE. A PROPP, por sua vez, gerencia as atividades e cursos de pós-graduação.

A Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DIDES), por sua vez, coordena e articula as ações de sustentabilidade que a UFMS desenvolve (UFMS, 2021). A sustentabilidade é um dos valores estabelecidos pela universidade, que se propõe a “incorporar estratégias, ideias, atitudes e ações responsáveis nas dimensões econômica, social ambiental, cultural e institucional” (UFMS, 2020, p. 13). Um dos objetivos da Política de Sustentabilidade da UFMS é promover contratações sustentáveis, que atendam a critérios socioambientais (UFMS, 2019). A promoção do desenvolvimento sustentável, que é objeto dessa política, está diretamente ligada ao conceito de negócios de impacto, os quais as

instituições públicas podem apoiar ao priorizar as compras desse tipo de empreendimento.

4.3. Atividades Desenvolvidas pela UFMS

Verificou-se por meio das entrevistas e da análise do PDI UFMS que a universidade tem desenvolvido ações de estímulo ao empreendedorismo e inovação, dentre as quais destacam-se a atuação da incubadora de empresas (PIME), o estímulo às empresas juniores, por meio do Programa UFMS Júnior e o estímulo à educação empreendedora, por meio da oferta da disciplina Empreendedorismo e Inovação, em parceria com o SEBRAE. Entretanto, a instituição ainda não implementa ações específicas que contemplem a ENIMPACTO ou que contribuam para o ambiente de impacto de modo formalizado e que tenha ampla disseminação no ambiente institucional. A nuvem de palavras A (Figura 8), representa graficamente as palavras mais utilizadas pelos entrevistados da UFMS:

Figura 8: Nuvem de palavras A



Fonte: Entrevistas com servidores da UFMS, 2021.

A Figura 8 apoia a constatação, decorrente da análise das respostas desses entrevistados, de que a UFMS ainda não desenvolve ações específicas e estruturadas no âmbito da ENIMPACTO e no ecossistema de negócios sociais, com destaque para a palavra “não” em destaque na nuvem. Apesar disso, os entrevistados demonstraram uma percepção positiva sobre os negócios de impacto e sua importância social e ambiental. As informações quanto aos negócios de impacto na UFMS não são congregadas em um único setor, sendo assim é difícil reunir todas as ações nesse sentido.

Todavia, a UFMS começa a abrigar iniciativas voltadas para o tema de impacto: é uma das sete universidades federais que compõem o Grupo de Trabalho formado em 2020 com o objetivo de trabalhar em conjunto com o GT3 do Comitê da ENIMPACTO para aumentar o engajamento das IES na agenda de impacto (BRASIL, 2020; Diretor da AGINOVA, 2021). O grupo (além de um outro grupo formado por oito instituições de ensino particulares) objetiva desenvolver “propostas coletivas para fomentar, intensificar e/ou incorporar o tema dos negócios de impacto na Academia” (BRASIL, 2020, p. 8). Essa iniciativa está em andamento e ainda não apresenta resultados publicados, além de menções em nas atas mais recentes e no Relatório Anual de Atividades de 2020 do Comitê da ENIMPACTO.

A PIME foi criada em 2007, com o objetivo de apoiar empreendimentos inovadores por meio da oferta de suporte técnico e infraestrutura, estabelecimento de conexões, disponibilização do conhecimento acadêmico e acesso a editais de fomento. Apesar de não trabalhar diretamente com estratégias de impacto, em 2020 a incubadora hospedava oito empreendimentos cujos negócios se alinham aos ODS. Obteve certificação CERNE 1 em 2019 (UFMS, 2021c).

O CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimento) é uma metodologia proposta pela ANPROTEC em parceria com o SEBRAE, que estabelece critérios de operação para aceleradoras e incubadoras em quatro níveis, conforme o estágio da incubadora na execução das boas práticas sugeridas (BRASIL, 2021). Uma das ações já realizadas pelo GT3 foi “incluir critérios de impacto socioambiental na metodologia CERNE de gestão das incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos” (BRASIL, 2021, p. 20).

A liga acadêmica “Vai dar Liga!” envolveu professores e alunos dos cursos de Administração, Matemática e Psicologia do Câmpus de Paranaíba e que promoveu o compartilhamento de informações sobre o tema, visitas técnicas e outras práticas que buscam estimular o empreendedorismo social por meio de atividades interdisciplinares. A liga foi coordenada pelo professor Geraldino Carneiro de Araújo, que faz parte da Rede de

Professores do Programa Academia ICE e foi um dos finalistas no prêmio “Boas práticas em investimentos e negócios de impacto na academia” (RODRIGUES; SILVA; PRATA, 2020).

Há também o Mercado Escola da UFMS, que é um projeto de extensão que começou a funcionar recentemente, voltado ao atendimento de pequenos produtores locais, que poderão expor seus produtos e ter acesso a cursos. Seu regimento prevê ações de apoio a empreendimentos sociais por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação (UFMS, 2020c).

De forma muito incipiente ainda, talvez devido a pandemia de Covid-19, a UFMS está se aproximando da Enactus Brasil para o desenvolvimento de ações de empreendedorismo social (UFMS, 2020d). A Enactus é uma organização sem fins lucrativos, de âmbito internacional, que se dedica a inspirar os estudantes do ensino superior de forma a melhorar o mundo por meio da ação empreendedora, se organiza como rede e os alunos são os protagonistas das atividades desenvolvidas em prol das comunidades (ENACTUS, 2020). A UFMS e a Enactus Brasil assinaram um protocolo de intenções para que sejam organizados times em todos os municípios que tenham uma unidade da Universidade (UFMS, 2020d).

4.4 Comitê de investimentos de negócios de impacto

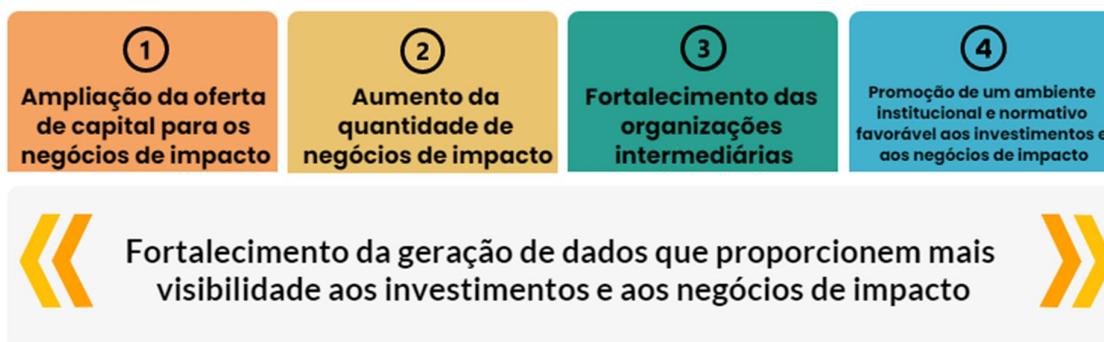
A operacionalização da ENIMPACTO é feita por meio das atividades de seu Comitê, que é composto por representantes dos setores público, privado e sociedade civil. Essa composição é importante para disseminar o alcance dos investimentos e negócios de impacto por entre diversos setores, e também de forma geográfica. Para o coordenador da estratégia, que preside o comitê “A articulação participativa e horizontal impulsionou a criação de soluções, multiplicando os investimentos em negócios de impacto no Brasil em pouco tempo” (Coordenador da ENIMPACTO, 2021).

Além dos membros e de seus suplentes – que assumem mandato de dois anos, com a possibilidade de recondução –, pode haver a participação de convidados que representem outras instituições, públicas ou privadas, ainda que sem direito a voto (BRASIL, 2019). Esse dispositivo demonstra o caráter participativo da estratégia, uma das características que vem sendo promovida desde sua criação.

O comitê é operacionalizado por quatro grupos de trabalho (GTs), cada um dos quais corresponde aos eixos verticais da ENIMPACTO (Figura 9). O quinto eixo não tem um GT correspondente, por ser transversal e permear todos os outros eixos. Todos eles são

complementares um ao outro, e o avanço verificado em um deles contribui para o fortalecimento da estratégia como um todo. Cada GT é liderado por dois membros em coliderança, provenientes de instituições relacionadas ao tema de cada eixo e indica as ações prioritárias para curto e médio prazo em seus respectivos temas.

Figura 9: Eixos de trabalho verticais e transversal da ENIMPACTO



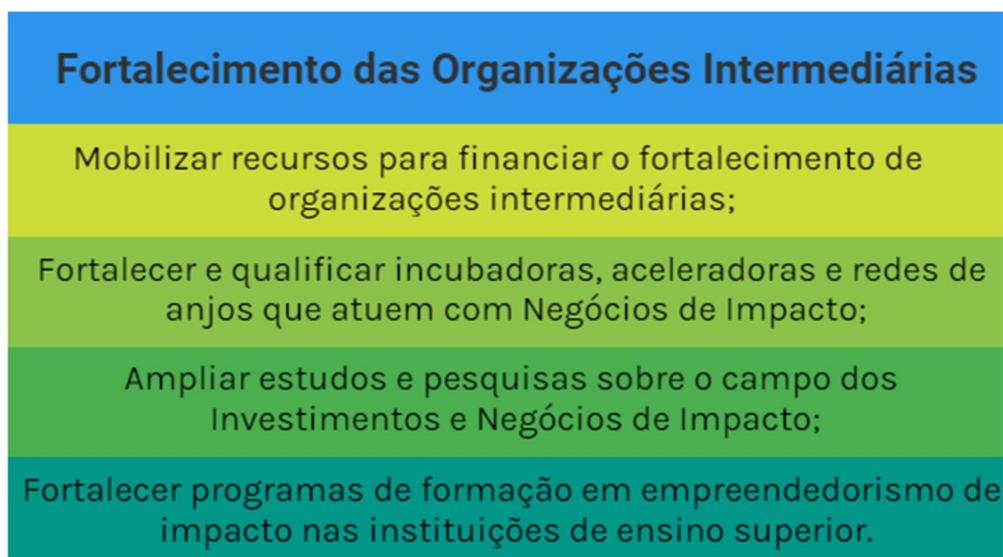
Fonte: Elaborado com base em BRASIL (2021).

Os membros do comitê reúnem-se em reuniões ordinárias a cada trimestre (BRASIL, 2019). Além disso, há uma coordenação técnica-executiva constituída pela Subsecretaria de Inovação do Ministério da Economia e pelos líderes dos GTs, que se reúnem mensalmente (**Colíder do Eixo 3, 2021**). As atividades do comitê são documentadas anualmente em relatórios anuais, os quais explicitam os resultados alcançados e as metas para o ano seguinte. O art. 10 do Decreto 9.977/2019 estabelece que esse relatório deve ser encaminhado ao Ministro de Estado da Economia na última quinzena de dezembro de cada ano (BRASIL, 2019).

O Grupo de Trabalho 3 (GT3) é responsável pelas ações no Eixo “Fortalecimento das organizações intermediárias” e seu estudo foi priorizado nessa pesquisa por abranger a atuação das Instituições de Ensino Superior. O GT3 é liderado pela Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores –, que apoia as incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos, hubs de inovação e busca promover atividades de capacitação, articulação de políticas públicas e disseminação de conhecimentos, por meio de programas, projetos e articulação política (ANPROTEC, 2021; Colíder do Eixo 3, 2021).

O GT3 estabeleceu quatro macro-objetivos a serem cumpridos até 2027 (Figura 10) e tem em seu espectro de atuação ampliar a participação da Academia, para que contribua com o desenvolvimento dos negócios de impacto.

Figura 10: Macro objetivos do Grupo de Trabalho 3 do Comitê da ENIMPACTO



Fonte: Elaborado com base em BRASIL (2021).

Essa vertente de atuação das IES vem sendo mais incentivada a partir do ano de 2020, com o apoio da ANUP (Associação Nacional das Universidades Particulares) e do ICE (por meio do Programa Academia), quando o grupo priorizou a ação “Estimular a inclusão da temática de investimentos e negócios de impacto nos programas de empreendedorismo das IES”, dentro da qual foram formados dois grupos de trabalho compostos por IES: de universidades federais e de instituições privadas. A UFMS é uma das participantes do grupo das Universidades Federais, que é composto por sete instituições (COMITÊ, 2019).

Para a colíder do GT3 as incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos, institutos e fundações empresariais são importantes colaboradores das universidades na implantação de programas de apoio aos negócios de impacto. Atualmente são mais de cem incubadoras e aceleradoras, em todas as regiões do Brasil, voltadas para o apoio a esse tipo de negócio (Colíder do Eixo 3, 2021). Observa-se a presença dessas iniciativas na nuvem de palavras B (Figura 11), decorrente da análise do corpus textual composto pelas respostas dos dois representantes do Comitê da ENIMPACTO entrevistados neste estudo:

4.5 Ações que a UFMS pode desenvolver no ecossistema de impacto

A universidade é um ator estratégico para o fortalecimento da agenda de impacto no Brasil, já que tem a possibilidade de atuar tanto na geração e disseminação de conhecimento como na aplicação de práticas que estimulem o cenário empreendedor. Como organização intermediária a UFMS pode atuar no ecossistema de investimentos e negócios de impacto por meio da qualificação de empreendedores, orientação na criação de modelos de negócios de impacto, na sistematização e disseminação de informações, no fornecimento de certificação para esses negócios (BRASIL, 2021). Esses são exemplos sugeridos pelo Comitê da ENIMPACTO, que sugeriu, também, que:

[...] despertar o interesse dos jovens com a temática e desenvolver projetos que contribuam para o aumento do *pipeline* de negócios de impacto, incentivando ideias inovadoras, trabalhando com incubadoras universitárias, e conectando iniciativas mais promissoras com aceleradoras e com investidores (COMITÊ, 2019, p. 9-10).

Para a ampliação do alcance da ENIMPACTO um dos entrevistados, servidor da PIME, sugeriu que a universidade pode ser um polo de referência para os empreendedores locais por meio do desenvolvimento das atividades da incubadora. Outras sugestões foram a maior disseminação de informações sobre a estratégia, maior articulação entre pessoas-chave e o desenvolvimento de atividades específicas no ambiente universitário. A Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto publicou recomendações atualizadas para o período de 2020 a 2025 (Figura 13):

Figura 13: Recomendações da Aliança para o período 2020 - 2025



Fonte: Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, 2021b

A Figura 13 aponta as ações capazes de fortalecer o ecossistema de impacto. Para a Aliança as organizações intermediárias atuam como dinamizadoras deste meio, por meio da oferta de “infraestrutura de redes, plataformas de formação e conexão, conteúdos de referência, ações de reconhecimento e criam condições para a replicação de boas práticas” (ALIANÇA, 2021b, p. 35)

A Aliança sugere que a atuação das IES possa ocorrer nas recomendações 1, 2, 3, 6 e 8. Na recomendação 8 (Tecnologias para impacto), por meio da disseminação do conceito de negócios de impacto, incubadoras e aceleradoras de base tecnológica, desenvolvimento de capacidades empreendedoras, aproximação entre pesquisadores e empreendedores, além de eventos como olimpíadas de empreendedorismo (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2021).

Já o 3º Mapa de Negócios de Impacto Socioambiental, publicado em 2021 pela Pipe.Social, demonstrou que os empreendedores buscam receber apoio financeiro (44%), buscam mentoria (24%), auxílio na comunicação (21%) e apoio com parceiras e networking (19%) (PIPE.SOCIAL, 2021).

Mesmo que a UFMS ainda não desenvolva ações específicas para investimentos e negócios de impacto, observa-se que dispõe de um ambiente favorável à inclusão de inovações no ambiente empreendedor e, por isso, percebe-se a oportunidade de incluir a universidade no ecossistema de impacto por meio de intervenções que dinamizem esse meio. Para a publicação “Boas práticas em investimentos e negócios de impacto na academia”:

[...] o trabalho interdisciplinar apresenta-se como um caminho bastante potente para o fortalecimento da agenda de investimentos e negócios de impacto no meio acadêmico, mesmo que ainda existam desafios em parte das IES brasileiras em relação à integração de diferentes cursos no desenvolvimento de disciplinas e projetos de extensão e na aproximação das linguagens e referenciais teóricos das áreas de conhecimento, por exemplo (RODRIGUES; SILVA; PRATA, 2020, p. 27)

Com todo o exposto, observa-se que, apesar de não ter práticas de apoio a negócios de impacto enquanto organização intermediária, a UFMS demonstra disponibilidade em desenvolver cultura empreendedora e inovadora. Propõe-se, no próximo item, o Plano de Ação decorrente dessa pesquisa, sugerindo intervenções para que a universidade desenvolva um papel ativo para a disseminação e fortalecimento dos negócios de impacto nos âmbitos local e regional.

5. PLANO DE AÇÃO

A UFMS, instituição federal de ensino superior, atua mediante o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aliado ao estímulo ao empreendedorismo e à inovação (UFMS, 2020b). Considerando sua relevância social, bem como sua vocação para o estímulo à atividade empreendedora, constata-se a oportunidade do fomento às iniciativas da universidade para que atue como agente dinamizador do ecossistema de investimentos e negócios de impacto, enquanto organização intermediária com o potencial de aumentar a capilaridade da ENIMPACTO no estado e na região onde atua, contribuindo para o fortalecimento e disseminação dos negócios de impacto no Brasil.

A atuação das organizações intermediárias nesse ecossistema pode acontecer na mediação e qualificação dos investimentos, na ligação dos investidores aos empreendedores, na disponibilização de informações, na capacitação dos empreendedores de impacto, dentre outras iniciativas. O plano de ação proposto tem como objetivo sugerir ações que possibilitem aumentar o engajamento da UFMS no ecossistema de investimentos e negócios de impacto, cujas diretrizes em âmbito nacional foram estabelecidas pela ENIMPACTO, com base no Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019.

Para isso foi considerado, com adaptações, o protocolo de produção técnica de Biancolino et al (2012), que propõe uma estrutura para a construção de um relato técnico, cuja finalidade é apresentar argumentos que possibilitem sua aplicação no âmbito profissional, mas que também contemple o rigor científico exigido pela pesquisa acadêmica. Para os autores o relato técnico representa o produto final da pesquisa, em especial no âmbito do mestrado profissional, e é voltado para aplicação na organização objeto da pesquisa (BIANCOLINO et al, 2012).

Assim, apresenta-se nos tópicos seguintes proposta de intervenções fundamentadas na análise do contexto e exame da produção documental e bibliográfica sobre a atuação das organizações intermediárias no ambiente de impacto, em especial das Instituições de Ensino Superior, sugeridas para que a UFMS atue – consoante sua missão, visão e valores – para o fomento aos negócios de impacto.

5.1. Contexto do Plano de Ação

Título do Plano de Ação:

Estratégia de impacto na UFMS – intervenções para o estímulo aos negócios de impacto no ambiente acadêmico.

Tema central:

Atuação das Instituições de Ensino Superior como organizações intermediárias para fomento aos negócios de impacto no âmbito da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO).

Autores:

Mariana Ribeiro de Assunção e Geraldino Carneiro de Araújo

Caracterização:

As Instituições de Ensino Superior são atores-chave no ecossistema de impacto nacional, e, como organizações intermediárias, podem desempenhar ações por meio de sua estrutura enquanto formadoras de novos profissionais em seus centros de pesquisa e através de sua atuação junto à comunidade. Sua permeabilidade social confere condição de agente de mudanças sociais e, por isso, espera-se que desempenhem papel ativo no crescimento, fortalecimento e disseminação dos negócios de impacto no Brasil. A UFMS tem presença em 21 municípios sul-mato-grossenses e é instituição referência para o Estado, tanto em ensino e pesquisa como em inserção social, já que sua comunidade acadêmica desenvolve atividades de apoio social no âmbito de diversas áreas de ensino. Por isso, torna-se um valioso veículo para a disseminação do conceito de negócios de impacto, bem como para a implementação de ações que estimulem o aumento na quantidade de empreendimentos desse tipo no estado.

Justificativa:

Enquanto agente de mudanças estratégico a universidade deve acompanhar as mudanças sociais, ou, ainda melhor, deve antecipá-las para que ofereça suporte para essas mudanças. A ideia que abrange os negócios de impacto é produto das mudanças urgentes e

necessárias na economia mundial, que vem sendo pensada por diversos atores sociais e que precisa do suporte da universidade. Tendo em conta a vocação da UFMS para atuação no empreendedorismo e inovação, sua atuação é, no momento, insuficiente para dinamizar os negócios de impacto nos âmbitos local, regional e nacional, já que não há ações formalizadas pela instituição. Nesse contexto propõe-se esse plano de ação. Com essa proposta espera-se fortalecer o desempenho da UFMS no ecossistema de impacto, por meio da formalização e institucionalização de estratégias e atividades voltadas explicitamente à promoção dos negócios de impacto na região de jurisdição da universidade.

Objetivo:

Sugere-se com esse plano de ação a implementação de ações de ensino, pesquisa e extensão para que a UFMS se torne referência dentre as Instituições de Ensino Superior na atuação no ecossistema de investimentos e negócios de impacto, em conformidade com a ENIMPACTO.

Responsáveis pelo desenvolvimento e/ou aprovação do projeto:

Em um primeiro momento a proposta será submetida à Reitoria e à Vice-Reitoria, para aprovação. Posteriormente, será necessário remeter o documento aos dirigentes das unidades que foram identificadas como centros de atuação importantes para a realização das ações: Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), Agência de Internacionalização e de Inovação (AGINOVA) e Diretoria de Desenvolvimento Sustentável DIDES.

5.2. Intervenção e Mecanismos Adotados

Tipo de intervenção e etapas:

Plano de ação: a) Divulgação do plano às unidades setoriais; b) Formação de uma equipe para implementação do plano (comissão); c) Apropriação do plano pela equipe; d) Implementação das ações; e e) Avaliação.

Ações e mecanismos:

As ações e mecanismos propostos estão estruturadas no Quadro 2:

Quadro 2: Ações e mecanismos propostos

	Ação	Como	Responsável	Prazo
1	Aumentar a disseminação de informações sobre os negócios de impacto na comunidade acadêmica.	1.1 Criação de uma página de informações sobre o ecossistema de impacto no domínio da UFMS. 1.2 Produção de uma cartilha sobre o ecossistema de impacto, a ser disponibilizada no site da PIME/UFMS.	Autores do plano de ação; AGETIC/UFMS	Jun/2022
2	Criação da Política de Apoio ao Ecossistema de Impacto da UFMS.	3.1 Discussão sobre a criação da Política de apoio ao ecossistema de impacto na UFMS no Conselho Diretor; 3.2 Emissão de Resolução que dispõe sobre a Política de apoio ao ecossistema de impacto na UFMS.	Reitor; Vice-Reitora; Conselho Diretor	Dez/2022
3	Priorizar os negócios de impacto locais na atuação da Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME/UFMS).	2.1 Inclusão de critérios de impacto social e ambiental para a seleção de novos empreendimentos a serem incubados na PIME/UFMS; 2.2 Criação de uma nova modalidade de incubação, voltada especificamente para negócios de impacto.	PIME/UFMS; AGINOVA/UFMS	2022/2024
4	Criação de uma rede de impacto composta por representantes de todos os câmpus da UFMS para disseminar as práticas de apoio ao ambiente de impacto.	4.1 Divulgação de chamada entre a comunidade acadêmica para composição de um grupo de trabalho; 4.2 Criação de um grupo de trabalho composto por representantes dos câmpus e da alta administração da UFMS, por meio de normativa.	Autores do plano de ação	Dez/2022
5	Realização de ações de extensão (podendo articular com o ensino e a pesquisa).	5.1 Realização de um Fórum sobre Negócios de Impacto, com a realização de oficinas sobre o tema; 5.2 Articulação com ações do projeto de extensão Mercado Escola da UFMS para divulgação dos negócios de impacto para os alunos e produtores que participam do projeto.	Professores; Técnicos-administrativos; PROECE	Dez/2022
6	Inserção de disciplinas específicas sobre o ecossistema de impacto nas estruturas dos cursos, que estimulem a discussão sobre o tema entre os alunos de graduação e de pós-graduação.	6.1 Prospecção de professores que se identifiquem com o tema e que tenham disposição de estruturar disciplinas na graduação e na pós-graduação.	Professores; Colegiados de curso; PROGRAD; PROPP	Dez/2022

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3. Possíveis Resultados Obtidos e Análise

Descrição dos possíveis resultados obtidos:

A implementação das ações sugeridas expandirá o alcance da ideia de negócios de impacto entre alunos, professores e técnicos-administrativos, na graduação e na pós-graduação. Com isso a comunidade universitária poderá influenciar o ambiente empreendedor de seu entorno, apoiando aos empreendimentos locais por meio de estratégias embasadas na produção científica e aumentando, dessa forma, suas possibilidades de sucesso. Além disso, as estratégias propostas estimulam a produção acadêmica no tema de impacto, o que pode gerar não somente novas abordagens que contribuam para o fortalecimento nessa área, como também pode dar origem a ideias de negócios de impacto que, por sua vez, podem produzir soluções surpreendentes para problemas sociais e ambientais detectados na região.

Análise dos resultados pelos autores:

Por meio da realização das ações propostas espera-se que a UFMS passe a figurar no cenário de impacto nacional como referência para a participação de outras IES no fomento aos negócios de impacto no Brasil, disseminando práticas de ensino, pesquisa e extensão por todo o território nacional por meio da implementação dessas práticas. Para isso espera-se envolver pessoas de diversos setores da universidade – entre alunos, técnicos-administrativos, professores e dirigentes – para incorporar as ações propostas na estrutura já disponibilizada pela universidade.

Confronto com a teoria revisada no referencial teórico:

A inserção da agenda de impacto nas universidades brasileiras está ainda em estágio incipiente, assim como o próprio tema. O assunto começa a ser discutido nas esferas formais de debate, a exemplo do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, que passou a dar prioridade a essa discussão a partir de meados do ano de 2020 – apesar de instituições como o ICE e a Artemísia já estarem desenvolvendo ações que envolvem a academia há mais tempo, como as Recomendações e o Movimento Choice.

5.4. Conclusão

O ecossistema de impacto, apesar de ainda estar em estágio inicial de desenvolvimento, representa (em potencial) a resposta ao anseio de produzir melhores estratégias empreendedoras, que conciliem o sucesso econômico com a produção de produtos e/ou serviços que melhorem ou solucionem problemas sociais e ambientais persistentes – os negócios de impacto.

A universidade é dos atores-chave necessários para a expansão e fortalecimento do ecossistema de impacto, já que tem o potencial de dar suporte os negócios de impacto por meio de ações de apoio aos negócios de impacto (por meio das incubadoras, por exemplo), disseminação de conhecimentos e práticas inovadoras.

A UFMS atua não somente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também conforme diretrizes que estabeleceu que privilegiam o empreendedorismo, a inovação, a sustentabilidade, dentre outros valores decorrentes das demandas da sociedade atual e que estão presentes na missão e na visão estabelecidas pelo PDI/UFMS para o período de 2020 a 2024. Isso demonstra o alinhamento e disposição da instituição em atuar tendo em conta o desenvolvimento e bem-estar social e ambiental, apesar de ainda não ter práticas institucionalizadas voltadas para o fomento ao ecossistema de impacto.

Para a apresentação das intervenções propostas, baseadas na pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas realizadas, considerou-se a estrutura de que a UFMS já dispõe, sua visão, missão e valores. Com isso, espera-se possibilitar a assimilação de ações que favoreçam o ambiente de impacto, estimulando a discussão sobre o tema e a implantação de ações que possam gerar possibilidades ainda maiores para o futuro.

Por outro lado, a limitação de recursos – sempre presente, em especial quando no setor público – foi considerada durante a elaboração da proposta. Contudo, espera-se que sejam implementadas as ações possíveis no momento, mas que não limitem o potencial que a universidade apresenta de apoio ao campo de impacto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância do papel das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a realização de mudanças sociais, a atividade da academia como organização intermediária - para fomento da ENIMPACTO e dinamização do ecossistema de impacto no Brasil - precisa ser estimulada para que esse ambiente seja expandido e fortalecido. O papel das universidades é especialmente importante no Brasil quando se considera a necessidade de difundir geograficamente os negócios de impacto, possibilitando maior capilaridade da estratégia.

Apesar de a UFMS demonstrar - por meio de sua estrutura administrativa, políticas, missão, visão e valores - que possui vocação para o estímulo ao empreendedorismo e à inovação, ainda não articula ações formais e institucionalizadas voltadas ao fortalecimento do ambiente de impacto. Essa é uma lacuna que existe em todo o Brasil, porque o tema de impacto é recente e vem sendo discutido e construído de forma bastante dinâmica, especialmente no país, que implementou a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto, iniciativa de destaque no mundo por seu pioneirismo.

Com essa pesquisa foi possível identificar que a UFMS encontra-se diante da oportunidade de implementar ações específicas que fomentem os investimentos e negócios de impacto, não só por meio de sua função de instituição formadora dos profissionais do futuro e locus de pesquisas, mas também enquanto ator social de cuja atuação o desenvolvimento social e a superação dos problemas sociais e ambientais depende.

Justamente por ser um tema em construção, essa pesquisa encontrou limitação na análise da bibliografia, visto que os conceitos acerca do assunto ainda não são pacificados, apesar de a pesquisa ter retornado diversas fontes, cujas contribuições não foi possível assimilar em sua totalidade devido à restrição de tempo imposta. Outra limitação foi a realização das entrevistas, das quais seria possível extrair mais informações caso tenham sido realizadas pessoalmente, o que não foi possível.

Apesar de ser um tema incipiente, há inúmeras publicações relevantes, produzidas por organizações e também há muitas ações a serem implementadas para o crescimento e fortalecimento desse ecossistema que demonstra potencialidade para realizar mudanças significativas no *modus operandi* atual, gerando benefícios em áreas cruciais como saúde, educação, moradia, dentre outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas ações são

necessárias não somente nas instituições de ensino, mas também em outras organizações intermediárias, investidores e nos próprios negócios de impacto. Por isso, as oportunidades de novos estudos são amplas

Ao pesquisar a presença do assunto no meio acadêmico observa-se que o tema começa a se proliferar nas produções acadêmicas, a exemplo de dissertações de mestrado e artigos científicos. Entretanto, permanece a confusão sobre os termos – “negócios sociais”, “negócios de impacto”, “empreendedorismo social”, entre outros que se confundem na busca pelo assunto. Essa confusão também foi objeto de discussões nas reuniões do Comitê da ENIMPACTO, que adotou o conceito proposto pelo Decreto nº 9.977/2019. Portanto, outras pesquisas são necessárias para o esclarecimento dos conceitos e disseminação do termo “negócios de impacto”. Há lacunas também a necessidade de criar metodologias e ferramentas de mensuração de impacto para utilização dos negócios de impacto.

O Brasil tem muito a melhorar quando se trata da relação entre a universidade e o ambiente empresarial. Observa-se forte vínculo entre a academia e o empreendedorismo em outras partes do mundo que apresentam um desempenho econômico superior – não por acaso, já que esse relacionamento fortalece toda a cadeia econômica, em um processo de retroalimentação. Essa relação é também indispensável quando se pensa nas consequências ambientais da atividade humana, já que o meio ambiente é um patrimônio nacional que deve ser valorizado e preservado ao lado do crescimento econômico. Certamente há meios de fazer esses dois aspectos andarem juntos e esse é um assunto em que o Brasil tem plenas condições de atuar na vanguarda mundial, oferecendo soluções a partir das universidades.

A UFMS, para além de formar futuros profissionais e de produzir e disseminar conhecimento por meio da produção de pesquisas, ocupa papel de grande relevância na configuração social e dispõe de um ambiente propício à criação de mudanças de paradigma significativas. Isso porque atua como agente multiplicador de novas ideias, especialmente por meio de seus professores, que transmitem não só o conhecimento acadêmico, mas também pela disseminação de ideias que podem mudar o mundo para melhor.

As análises realizadas e a proposta do plano de ação estão contextualizadas considerando o cenário e o objeto, sendo assim, não pode ser generalizadas, mas podem servir de embasamento para outras pesquisas. Dessa forma, para trabalhos futuros sugere-se a continuidade de pesquisas com a temática central sobre a atuação das IES em relação a ENIMPACTO.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **RN conquista política estadual de investimentos e negócios de impacto social**. 2019. Disponível em:

<http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/rn-conquista-politica-estadual-de-investimentos-e-negocios-de-impacto-social,f09f3b9108fb8610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 21 out. 2020.

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **Conquistas e avanços do ecossistema de investimentos e negócios de impacto no Brasil**. 2018. 12 p.

Disponível em: https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2019/04/Alianca_Relatorio_2018-com-links.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **O que são negócios de impacto**. Características que definem empreendimentos como negócios de impacto. São Paulo, 2019.

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **O que é a Aliança?**, 2021a. Disponível em: <http://aliancapeloimpacto.org.br/>. Acesso em 25 fev. de 2021

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **Visões de futuro para a agenda de impacto no Brasil**: recomendações para o avanço dos investimentos e negócios de impacto até 2025. São Paulo: Instituto de Cidadania Empresarial, 2021b.

ANPROTEC. **Sobre a Anprotec**. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/sobre/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BARBOSA, Fábio. SETUBAL, Maria Alice. **Estratégia para investimento de impacto socioambiental**. 2018. Disponível em:

<https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3833/estrategia-para-investimento-de-impacto-socioambiental>. Acesso em: 22 out. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARKI, Edgard. Negócios de impacto: tendência ou modismo. **Gv Executivo**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.14-17, jan.-jun. 2015.

BARKI, Edgard et al. Social Entrepreneurship and social business: retrospective and prospective research. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 4, p.380-384, ago. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902015000400380>. Acesso em: 03 out. 2019.

BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: Como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. 376 p.

BIANCOLINO, César Augusto; KNISS, Cláudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio; RABECHINI JR., Roque. Protocolo para Elaboração de Relatos de Produção Técnica. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 3, n. 2, p. 294-307, 1 ago. 2012. Universidade Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/gep.v3i2.121>.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-graduados em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan-jul, 2005.

BRASIL. Portaria nº 1.704, de 21 de janeiro de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília, 22 jan. 2020. n. 15, Seção 2, p.14. Disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto/portaria-1-704-de-21-01-2020-nomeacao-comite.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017**. Institui e Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e cria o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. Brasília, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto.. . Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9977.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - Enimpacto**: negócios que resolvem problemas socioambientais. 2021. Texto-base da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpacto). Disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto/DocumentoBaseEnimpactoversorevisada17.06.2021.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BURGOS, Fernando. Reflexões sobre o papel dos governos no campo dos negócios de impacto. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 3. p. 57-74.

CAMARGO, Brígido V.; JUSTO, Ana M.. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2013.2-16>.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 24, p.5-15, set./dez. 2003.

COELHO, Marcelo Z. Entendendo o contexto: relação com diferentes stakeholders (governo, grandes corporações e comunidades). In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 7. p. 143-160.

COHEN, Ronald. **On impact**: a guide to the impact revolution, 2018.

COMINI, Graziella; BARKI, Edgard; AGUIAR, Luciana Trindade de. A three-pronged approach to social business: a Brazilian multi-case analysis. **Rev. Adm.**, São Paulo, v. 47, n. 3, p.274-397, jul./set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 nov. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 248 p.

CRUZ, Célia; QUITÉRIO, Diogo; SECRETAS, Beto. O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 2. p. 25-56.

DEES, J. (1998). **The meaning of social entrepreneurship**. Boston, MA: Harvard Business School.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Forense, 2018.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?** Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>. Acesso em: 22 out. 2020.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil**. 2015a.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Finanças Sociais**: soluções para desafios sociais e ambientais, 2015b. Uma nova mentalidade para gerenciar recursos e necessidades da sociedade.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Finanças Sociais e Negócios de Impacto podem apoiar a solução de problemas públicos?**, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, mar./abr. 1995.

GORINI, Marco; TORRES, Haroldo da Gama. Encontrando um modelo de negócio e uma teoria de mudança. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e

apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 6. p. 121-139.

HART, Stuart L.. Capitalismo movido por propósito. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 1. p. 19-24.

IBGE. **PNAD Contínua 2018**: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>. Acesso em: 16 out. 2019.

INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://ice.org.br/quem-somos-2/>. Acesso em: 25 fev 2021.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (Org.). **Negócios inclusivos**: relatório do G20 para a cúpula de 2016.

MACIEL, Lucas Ramalho (2020). **Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto**: um grande impulso para o setor no Brasil. Disponível em: <https://arquivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso119-EstrategiaNacionaldeInvestimentoeNegociosdeImpacto.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. Classificação da pesquisa: natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimento. In: NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luís Leite. **Metodologia da pesquisa científica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2016. Cap. 6. p. 1-11.

NOGUEIRA, Rodrigo Hisgail de Almeida. **Negócios de impacto social**. São Paulo: Sebrae, 2015. 61 slides, color. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/RodrigoHisgaildeAlme/sebrae-rodrigo-hisgail-negcios-de-impacto-social-ndia-eua-e-brasil2015>. 2015. Acesso em: 21 jan. 2020.

PESSANHA, Mauro. Como ficar de pé. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 5. p. 99-120.

PETRINI, Maira; SCHERER, Patrícia; BACK, Léa. Modelo de negócios com impacto social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 56, n. 2, p.209-225, mar./abr. 2016.

PIPE.SOCIAL. **2º Mapa de negócios de impacto social e ambiental**. 2019.

PIPE.SOCIAL. **3º Mapa de negócios de impacto social e ambiental**. 2021.

PNUD. **Mercados Inclusivos no Brasil**: desafios e oportunidades do ecossistema de negócios. 1.ed. 2015.

PNUD. **O que são os objetivos de desenvolvimento sustentável?** c2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso em 30 ago. 2021.

QUITÉRIO, Diogo; CRUZ, Célia; SECRETAS, BETO. Os ganhos dos investimentos de impacto. Como o capital vem se direcionando para negócios que geram melhorias mensuráveis de problemas sociais e ambientais. **GVExecutivo**, v. 17, n. 6, p. 20-23, nov./dez. 2018.

RABBAT, Ilaina. A jornada interna dos empreendedores sociais. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 4. p. 77-98.

RODRIGUES, Juliana; SILVA, Mariana Pereira da; PRATA, Vanessa (ed.). **Boas práticas na academia na agenda de investimentos e negócios de impacto**: premiados e finalistas do prêmio boas práticas na academia 2020. São Paulo: Instituto de Cidadania Empresarial, 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, p.1-15, jul. 2009.

SERAFEIM, George; ZOCHOWSKI, T. Robert; DOWNING, Jen. **Impact-weighted financial**. The Missing Piece for na Impact Economy. Harvard Business School, 2019.

SILVA, Maria de Fátima da; MOURA, Laysce Rocha de; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. As Interfaces entre Empreendedorismo Social, Negócios Sociais e Redes Sociais no Campo Social. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, n. 42, p.121-130, 14 ago. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n42p121>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n42p121>. Acesso em: 04 out. 2019.

SISTEMA B. **Políticas Públicas**. Disponível em: <https://sistemab.org/br/politicas-publicas/>. Acesso em: 23 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Resolução nº 214-CD/UFMS, de 7 de outubro de 2019. **Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Fundação Universidades Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Carta de serviços ao usuário 2020**. Campo Grande, 2020a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Plano de**

desenvolvimento institucional 2020-2024. Campo Grande, 2020b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Portaria nº 722, de 28 de julho de 2020. **Aprova o Regulamento Mercado Escola da UFMS.** Campo Grande, 2020c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Empreendedorismo social é tema central de Aula Magna. Campo Grande, 2020d. Disponível em: <https://www.ufms.br/empreendedorismo-social-e-tema-central-de-aula-magna/>. Acesso em 1 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Resolução nº 116-CD/UFMS, de 28 de janeiro de 2021. **Fixa as competências das Unidades da Administração Central e Suplementares da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 2021a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Estrutura organizacional 2021.** Disponível em <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2020/12/Organogramas-UFMS-30122020.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2021. 2021b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Pantanal Incubadora mista de empresas PIME: Como funciona?.** Campo Grande, 2021c.

VERGARA, Sylvia Constant. Tipos de pesquisa em administração. **Cadernos Ebap:** Escola Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v. 52, n. 0, p.1-21, jun. 1990. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12861>. Acesso em: 30 jan. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNUS, Muhammad. **Building social business.** The new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs. New York, Public Affairs, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de entrevistas

Categoria	Questão	Embasamento
Gestão	1) Qual é o principal objetivo da ENIMPACTO? E qual papel você desempenha para o atingimento desse objetivo?	Brasil, 2019; Brasil, 2021; Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, 2019.
	2) Como é feita a gestão da ENIMPACTO/eixo (acompanhamento, frequência, equipe e comunicação)? Quem são os parceiros/apoiadores?	Brasil, 2021.
	3) Qual o alcance (capilaridade) da ENIMPACTO/eixo e que pode ser feito para que o alcance da estratégia seja mais amplo e efetivo?	Brasil, 2021;
Resultados	4) Qual é a importância e os resultados (reais ou potenciais) da ENIMPACTO para a economia?	Barki, Comini e Torres, 2019; Burgos, 2019; Cruz, Quitério e Scretas, 2019.
	5) Qual é a importância e os resultados (reais ou potenciais) da ENIMPACTO em relação aos aspectos sociais?	Brasil, 2021;
	6) Qual é a importância e os resultados (reais ou potenciais) da ENIMPACTO para o meio ambiente?	Brasil, 2021;
	7) Como você avalia os resultados da ENIMPACTO/eixo até o momento? E o que se espera para o futuro?	Brasil, 2021;
Organizações Intermediárias	8) Quais são as principais organizações intermediárias vinculadas a ENIMPACTO? Qual a importância dessas organizações para a Estratégia?	Brasil, 2021; Força Tarefa de Finanças Sociais, 2015a.
	9) De que forma sua instituição/setor apoia (ou pode vir a apoiar) as organizações intermediárias?	Força Tarefa de Finanças Sociais, 2015b;
	10) Quais das organizações intermediárias podem se vincular com as Universidades para fortalecer a ENIMPACTO?	Pipe.Social, 2019; Pipe.Social, 2020;
Universidades	11) Como sua instituição/setor pode apoiar as Universidades para o desenvolvimento/fortalecimento da ENIMPACTO?	Coelho, 2019; Pipe.Social, 2019; Pipe.Social, 2020; UFMS, 2020a; UFMS, 2020b; UFMS, 2021a;
	12) Qual é (ou deve ser) o papel das Universidades, como organizações intermediárias, no desenvolvimento da ENIMPACTO? Quais são as atividades que as Universidades podem desenvolver?	Pipe.Social, 2019; Pipe.Social, 2020; Rodrigues, Silva e Prata, 2020;
	13) Existe alguma Universidade que seja referência por estar desenvolvendo ações vinculadas a ENIMPACTO? Qual Universidade e quais ações estão sendo desenvolvidas?	Rodrigues, Silva e Prata, 2020; UFMS, 2020a; UFMS, 2020b; UFMS, 2021a;
	14) De modo geral, como você avalia o papel das Universidades até o momento? E o que se espera para o futuro?	Rodrigues, Silva e Prata, 2020; UFMS, 2020a; UFMS, 2020b; UFMS, 2021a;

APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA REGISTRO DE PRODUÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - PTT

Título:

Estratégia de impacto na UFMS – intervenções para o estímulo aos negócios de impacto no ambiente acadêmico.

Ano da produção:

2021

Nome dos autores:

Mariana Ribeiro de Assunção; Geraldino Carneiro de Araújo.

Projeto de Pesquisa do PROFIAP:

- Atuação do Estado e sua Relação com o Mercado e a Sociedade
 Transformação e Inovação Organizacional
 Práticas de Gestão Sustentáveis
 Políticas Públicas: Formulação e Gestão

(PTT) Correspondência com os subtipos-produtos técnicos/tecnológicos

1. Empresa ou Organização social (inovadora)
 2. Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis
 3. Relatório técnico conclusivo
 4. Tecnologia social
 5. Norma ou marco regulatório
 6. Patente
 7. Produtos/Processos em sigilo
 8. Software/Aplicativo
 9. Base de dados técnico-científica
 10. Curso para formação profissional
 11. Material didático
 12. Produto bibliográfico na forma de artigo

(PTT) Finalidade (0-255 caracteres)

Implementação de ações de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para atuação no ecossistema de investimentos e negócios de impacto, em conformidade com a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO)

(PTT) Impacto – Nível

- Alto
 Médio
 Baixo

(PTT) Impacto – Demanda

- Espontânea
 Por concorrência
 Contratada

(PTT) Impacto – Objetivo da Pesquisa

- Experimental
 Solução de um problema previamente identificado
 Sem um foco de aplicação inicialmente definido

(PTT) Impacto – Área impactada pela produção

- Econômico
 Saúde
 Ensino

- Social
- Cultural
- Ambiental
- Científico
- Aprendizagem

(PTT) Impacto – Tipo

- Potencial
- Real

(PTT) Descrição do tipo de Impacto (0-255 caracteres)

Fortalecimento da atuação da UFMS no apoio ao ecossistema de impacto, tornando-a referência entre as Instituições de Ensino.

(PTT) Replicabilidade

- Não
- Sim

(PTT) Abrangência Territorial

- Local
- Regional
- Nacional
- Internacional

(PTT) Complexidade

- Alta
- Média
- Baixa

(PTT) Inovação

- Alto teor inovativo
- Médio teor inovativo
- Baixo teor inovativo
- Sem inovação aparente

(PTT) Setor da sociedade beneficiada pelo impacto

- Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
- Indústria de transformação
- Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- Construção
- Comércio, reparação de veículos automotivos e motocicletas
- Transporte, armazenagem e correio
- Alojamento e alimentação
- Informação e comunicação
- Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
- Atividades imobiliárias
- Atividades profissionais, científicas e técnicas
- Atividades administrativas e serviços complementares
- Administração pública, defesa e seguridade social
- Educação
- Saúde humana e serviços sociais
- Arte, cultura, esporte e recreação
- Outras atividades de serviços
- Serviços domésticos
- Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
- Indústrias extrativas
- Eletricidade e gás

(PTT) Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição

- Não

Sim

(PTT) Houve fomento?

Financiamento

Não houve

Cooperação

(PTT) Há registro/depósito de propriedade intelectual?

Não

Sim

(PTT) Estágio da Tecnologia

Piloto/protótipo

Finalizado/implantado

Em teste

(PTT) Há transferência de tecnologia/conhecimento?

Não

Sim

(PTT) Observação (0-255 caracteres)

Este plano de ação está vinculado a dissertação “PLANO DE AÇÃO PARA ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO (ENIMPACTO)”.

(PTT) URL

Anexar a PTT e os documentos referentes a esse formulário.

APÊNDICE C - Produto Técnico e Tecnológico

ESTRATÉGIA DE IMPACTO NA UFMS INTERVENÇÕES PARA O ESTÍMULO AOS NEGÓCIOS DE IMPACTO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Mariana Ribeiro de Assunção

Geraldino Carneiro de Araújo

Atuação das Instituições de Ensino Superior como organizações intermediárias para fomento aos negócios de impacto no âmbito da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO).

Caracterização

As Instituições de Ensino Superior são atores-chave no ecossistema de impacto nacional, e, como organizações intermediárias, podem desempenhar ações por meio de sua estrutura enquanto formadoras de novos profissionais em seus centros de pesquisa e através de sua atuação junto à comunidade. Sua permeabilidade social confere condição de agente de mudanças sociais e, por isso, espera-se que desempenhem papel ativo no crescimento, fortalecimento e disseminação dos negócios de impacto no Brasil. A UFMS tem presença em 21 municípios sul-mato-grossenses e é instituição referência para o Estado, tanto em ensino e pesquisa como em inserção social, já que sua comunidade acadêmica desenvolve atividades de apoio social no âmbito de diversas áreas de ensino. Por isso, torna-se um valioso veículo para a disseminação do conceito de negócios de impacto, bem como para a implementação de ações que estimulem o aumento na quantidade de empreendimentos desse tipo

no estado.

Justificativa

Enquanto agente de mudanças estratégico a universidade deve acompanhar as mudanças sociais, ou, ainda melhor, deve antecipá-las para que ofereça suporte para essas mudanças. A ideia que abrange os negócios de impacto é produto das mudanças urgentes e necessárias na economia mundial, que vem sendo pensada por diversos atores sociais e que precisa do suporte da universidade. Tendo em conta a vocação da UFMS para atuação no empreendedorismo e inovação, sua atuação é, no momento, insuficiente para dinamizar os negócios de impacto nos âmbitos local, regional e nacional, já que não há ações formalizadas pela instituição. Nesse contexto propõe-se esse plano de ação. Com essa proposta espera-se fortalecer o desempenho da UFMS no ecossistema de impacto, por meio da formalização e institucionalização de estratégias e atividades voltadas explicitamente à promoção dos negócios de impacto na região de jurisdição da universidade.

Objetivo: Sugere-se com esse plano de ação a implementação de ações de ensino, pesquisa e extensão para que a UFMS se torne referência dentre as Instituições de Ensino Superior na atuação no ecossistema de investimentos e negócios de impacto, em conformidade com a

ENIMPACTO.

Responsáveis pelo desenvolvimento e/ou aprovação do projeto: Em um primeiro momento a proposta será submetida à Reitoria e à Vice-Reitoria, para aprovação. Posteriormente, será necessário remeter o documento aos dirigentes das unidades que foram identificadas como centros de atuação importantes para a realização das ações:

- Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD),
- Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE),
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP),
- Agência de Internacionalização e de Inovação (AGINOVA) e
- Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DIDES).

Tipo de intervenção e etapas: Plano de ação:

- a) Divulgação do plano às unidades setoriais;
- b) Formação de uma equipe para implementação do plano (comissão);
- c) Apropriação do plano pela equipe;
- d) Implementação das ações; e
- e) Avaliação.

As ações e mecanismos propostos são:

	Ação	Como	Responsável	Prazo
1	Aumentar a disseminação de informações sobre os negócios de impacto na comunidade acadêmica.	1.1 Criação de uma página de informações sobre o ecossistema de impacto no domínio da UFMS. 1.2 Produção de uma cartilha sobre o ecossistema de impacto, a ser disponibilizada no site da PIME/UFMS.	Autores do plano de ação; AGETIC/UFMS	Jun/2022

	Ação	Como	Responsável	Prazo
2	Criação da Política de Apoio ao Ecossistema de Impacto da UFMS.	3.1 Discussão sobre a criação da Política de apoio ao ecossistema de impacto na UFMS no Conselho Diretor; 3.2 Emissão de Resolução que dispõe sobre a Política de apoio ao ecossistema de impacto na UFMS.	Reitor; Vice-Reitora; Conselho Diretor	Dez/2022

	Ação	Como	Responsável	Prazo
3	Priorizar os negócios de impacto locais na atuação da Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME/UFMS).	2.1 Inclusão de critérios de impacto social e ambiental para a seleção de novos empreendimentos a serem incubados na PIME/UFMS; 2.2 Criação de uma nova modalidade de incubação, voltada especificamente para negócios de impacto.	PIME/UFMS; AGINOVA/UFMS	2022/2024

	Ação	Como	Responsável	Prazo
4	Criação de uma rede de impacto composta por representantes de todos os câmpus da UFMS para disseminar as práticas de apoio ao ambiente de impacto.	4.1 Divulgação de chamada entre a comunidade acadêmica para composição de um grupo de trabalho; 4.2 Criação de um grupo de trabalho composto por representantes dos câmpus e da alta administração da UFMS, por meio de normativa.	Autores do plano de ação	Dez/2022

	Ação	Como	Responsável	Prazo
5	Realização de ações de extensão (podendo articular com o ensino e a pesquisa).	5.1 Realização de um Fórum sobre Negócios de Impacto, com a realização de oficinas sobre o tema; 5.2 Articulação com ações do projeto de extensão Mercado Escola da UFMS para divulgação dos negócios de impacto para os alunos e produtores participantes.	Professores; Técnicos-administrativos; PROECE	Dez/2022

	Ação	Como	Responsável	Prazo
6	Inserção de disciplinas específicas sobre o ecossistema de impacto nas estruturas dos cursos, que estimulem a discussão sobre o tema entre os alunos de graduação e de pós-graduação.	6.1 Prospecção de professores que se identifiquem com o tema e que tenham disposição de estruturar disciplinas na graduação e na pós-graduação.	Professores; Colegiados de curso; PROGRAD; PROPP	Dez/2022

Descrição dos possíveis resultados obtidos: A implementação das ações sugeridas expandirá o alcance da ideia de negócios de impacto entre alunos, professores e técnicos-administrativos, na graduação e na pós-graduação. Com isso a comunidade universitária poderá influenciar o ambiente empreendedor de seu entorno, apoiando aos empreendimentos locais por meio de estratégias embasadas na produção científica e aumentando, dessa forma, suas possibilidades de sucesso. Além disso, as estratégias propostas estimulam a produção acadêmica no tema de impacto, o que pode gerar não somente novas abordagens que contribuam para o fortalecimento nessa área, como também pode dar origem a ideias de

negócios de impacto que, por sua vez, podem produzir soluções surpreendentes para problemas sociais e ambientais detectados na região.

Análise dos resultados pelos autores: Por meio da realização das ações propostas espera-se que a UFMS passe a figurar no cenário de impacto nacional como referência para a participação de outras IES no fomento aos negócios de impacto no Brasil, disseminando práticas de ensino, pesquisa e extensão por todo o território nacional por meio da implementação dessas práticas. Para isso espera-se envolver pessoas de diversos setores da universidade – entre alunos, técnicos-administrativos, professores e dirigentes – para incorporar as ações propostas na estrutura já disponibilizada pela universidade.

Confronto com a teoria revisada no referencial teórico: A inserção da agenda de impacto nas universidades brasileiras está ainda em estágio incipiente, assim como o próprio tema. O assunto começa a ser discutido nas esferas formais de debate, a exemplo do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, que passou a dar prioridade a essa discussão a partir de meados do ano de 2020 – apesar de instituições como o ICE e a Artemísia já estarem desenvolvendo ações que envolvem a academia há mais tempo, como as Recomendações e o Movimento Choice.

ANEXOS**ANEXO A: ENIMPACTO**

Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 9.977, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto tem a finalidade de articular órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - negócios de impacto - empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável;

II - investimentos de impacto - mobilização de capital público ou privado para negócios de impacto; e

III - organizações intermediárias - instituições que facilitam e apoiam a conexão entre a oferta por investidores, doadores e gestores e a demanda de capital por negócios que geram impacto socioambiental.

Art. 3º São objetivos da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto:

I - ampliar a oferta de capital para os negócios de impacto, por meio da mobilização de recursos públicos e privados destinados ao investimento e ao financiamento de suas atividades;

II - aumentar a quantidade de negócios de impacto, por meio:

a) da disseminação da cultura de avaliação de impacto socioambiental; e

b) do apoio ao envolvimento de empreendimentos com as demandas de contratações públicas e com as cadeias de valor de empresas privadas;

III - fortalecer organizações intermediárias que:

a) ofereçam apoio ao desenvolvimento de negócios de impacto e capacitação aos empreendedores;

b) gerem novos conhecimentos sobre negócios de impacto; ou

c) promovam o envolvimento dos negócios de impacto com os investidores, os doadores e as demais organizações detentoras de capital;

IV - promover um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto; e

V - promover a geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto.

Art. 4º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, com duração de oito anos, é órgão consultivo destinado a propor, monitorar, avaliar e articular a implementação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto.

Art. 5º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto é composto por:

I - representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) três do Ministério da Economia, dentre os quais um o presidirá ;

b) um da Casa Civil da Presidência da República;

c) um do Ministério das Relações Exteriores;

d) um do Ministério da Cidadania;

e) um do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

f) um da Escola Nacional de Administração Pública;

g) um da Comissão de Valores Mobiliários;

h) um da Financiadora de Estudos e Projetos;

i) um do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

j) um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

k) um do Banco do Brasil S.A.; e

l) um da Caixa Econômica Federal;

II - um representante da Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos;

III - um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; e

IV - dez representantes do setor privado e de organizações da sociedade civil.

§ 1º Cada membro do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos

§ 2º Os membros de que tratam os incisos I, II e III do **caput** , e respectivos suplentes, serão indicados

pelos órgãos e pelas entidades representados, no prazo de quinze dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 3º Os membros de que trata o inciso IV do **caput**, e respectivos suplentes, serão indicados pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 4º Os membros do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto serão designados pelo Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

§ 5º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto poderá convidar para integrá-lo em caráter permanente um representante da Diretoria-Geral do Senado Federal e um representante da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.

§ 6º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas, do setor privado e de organizações da sociedade civil para participar das suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 6º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto se reunirá em caráter ordinário trimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado por seu Presidente.

Parágrafo único. A convocação para as reuniões ocorrerá por meio de correspondência eletrônica, com dez dias de antecedência, com a indicação de data, local e pauta da reunião.

Art. 7º O quórum de reunião do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Art. 8º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto contará com quatro grupos de trabalho, com a finalidade de assessorar o Comitê nas seguintes áreas:

I - ampliação da oferta de capital para os negócios de impacto;

II - aumento da quantidade de negócios de impacto;

III - fortalecimento das organizações intermediárias; e

IV - promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto.

Parágrafo único. O número de membros de cada grupo de trabalho a que se refere o **caput** não excederá o número de membros do Comitê.

Art. 9º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto encaminhará ao Ministro de Estado da Economia, na última quinzena de dezembro de cada ano, relatório de monitoramento que conterà os resultados alcançados e as metas para o período subsequente.

Parágrafo único. O termo de conclusão dos trabalhos deverá ser encaminhado ao Ministro de Estado da Economia anteriormente à finalização do prazo de duração do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto estabelecido no art. 4º.

Art. 10. A participação no Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto e nos seus grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. Os membros do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência, a critério de seu Presidente, e os membros

que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência ou por outros meios telemáticos.

Art. 12. A Secretaria-Executiva do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto será exercida pela Subsecretaria de Inovação da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto elaborará o regimento interno, que será submetido ao Comitê para aprovação em até duas reuniões ordinárias.

Art. 13. Fica revogado o Decreto nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de agosto de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.8.2019

*